



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

OUT-DEZ/22 | Nº 417 | ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO | WWW.SJSP.ORG.BR

O FUTURO DA COMUNICAÇÃO



BALANÇO E CAMINHOS DE RECONSTRUÇÃO APÓS SEIS ANOS

DE DESMONTE E ATAQUES AO JORNALISMO

ENTREVISTA

Eliane Gonçalves
fala do passado e
das perspectivas
para a EBC

PRÊMIO VLADIMIR HERZOG

O Brasil de
Bolsonaro: violência,
fome e destruição
da Amazônia

SINDICAL

Os desafios
da categoria
no interior e no
litoral do Estado

COJIRA

Pesquisa aponta
alta de 200% de
jornalistas negros
nas redações

EDITORIAL

Enfim, a
esperança

A

TÉ NUNCA MAIS, JAIR BOLSONARO!

De alma lavada e com a promessa devidamente cumprida (quem leu o editorial passado sabe do que estamos falando), chegamos à última edição do *Unidade* neste ano. E é bem provável, querida leitora e querido leitor, que você esteja chegando ao final deste 2022 tão exausto e esgotado quanto nós estamos. Mas é indescritível poder escrever este editorial e falar sobre futuro

e esperança. Duas palavras que começam a ser resgatadas para nosso vocabulário após anos de retrocessos, autoritarismo e obscurantismo. Mas também de muita luta e resistência.

Inicialmente, esta edição tinha previsão de publicação para o início de novembro. Mas decidimos estender um pouquinho mais o fechamento por uma ótima causa: após o resultado das eleições do dia 30 de outubro, queríamos discutir quais são as perspectivas que se abrem para a nossa categoria e para o jornalismo a partir de 2023. Sabemos bem que a partir de 1º de janeiro o Brasil não estará com todos os seus problemas magicamente resolvidos, que veremos a paz e a concórdia entre nosso povo ou que nossos salários se multiplicarão. Muito pelo contrário: é provável que o próximo período seja repleto de dificuldades, desafios e contradições. É inegável afirmar, entretanto, que uma outra possibilidade de país foi resgatada com a vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva. A começar pelo respeito ao trabalho jornalístico e à democracia.

Nos últimos meses, nosso trabalho sindical — que já não é a coisa mais tranquila do mundo — foi potencializado por alguns fatores diante da escalada de violência, ameaças e ataques aos jornalistas. E, felizmente, não nos contentamos em produzir apenas as famigeradas notas de repúdio em solidariedade a cada colega que era impedido de exercer sua profissão por conta do ódio político incentivado pela máquina bolsonarista de mentiras e violência. Além de contatar as e os jornalistas e oferecer apoio jurídico e trabalhista, nos somamos às diferentes entidades jornalísticas do Brasil para levantar publicamente nossa voz em defesa da democracia e do jornalismo. No último dia 27 de setembro, organizamos um ato na PUC São Paulo que contou com depoimentos de diferentes jornalistas (todas elas mulheres), relatando o verdadeiro pesadelo de exercer o jornalismo profissional em tempos de obscurantismo. Em um documento unificado, 17 entidades declararam: “Nós resistimos e resistiremos. Seguiremos cumprindo nosso dever de levar informações de interesse público para toda a sociedade, com ética jornalística e profissionalismo. E temos certeza de que o medo, o ódio e a violência não vencerão. Viva a democracia, o povo brasileiro e a luta de cada jornalista deste país!”.

Menos de um mês após a realização deste ato, no dia 25 de outubro, também participamos da organização do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, que

foi criado por este Sindicato e hoje é considerado a principal premiação jornalística do Brasil — principalmente pelo fato de que é a própria categoria que reconhece os trabalhos merecedores da distinção. Após dois anos de eventos virtuais, a cerimônia de premiação voltou a ocorrer de maneira presencial, no Teatro Tucarena, que tem sua história marcada pela resistência à ditadura e ao autoritarismo. Assim como a própria data da cerimônia, que relembra os 47 anos do assassinato de Vladimir Herzog pela ditadura brasileira. Às vésperas do segundo turno, o evento foi marcado por momentos emocionantes, como a homenagem póstuma ao jornalista Dom Philips — um dos mais tristes símbolos da barbárie que se abateu em nosso país e especialmente nos territórios amazônicos — e o reconhecimento às trabalhadoras e aos trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que receberam um dos prêmios especiais da noite por sua resistência diante das tentativas de desmonte e destruição da comunicação pública nos últimos anos.

Mas, como falávamos no início, a partir de agora contamos ao menos com o direito de ter esperança e construir uma realidade mais justa e democrática, especialmente para a nossa categoria. E é por conta disso que a entrevistada desta edição do *Unidade* é Eliane Gonçalves, jornalista da EBC e uma das integrantes

da Comissão de Ética de nosso Sindicato, que discute quais são as potencialidades e desafios da comunicação pública no novo governo. Além disso, nossa reportagem de capa entrevista colegas jornalistas de diferentes entidades para avaliar os horizontes da comunicação e do jornalismo a partir do próximo ano.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) já entregou ao presidente Lula um documento com as pautas prioritárias de nossa categoria, entre as quais a aprovação da PEC do Diploma, a criação do Piso Nacional dos Jornalistas, a taxação e regulação das plataformas digitais, a democratização das comunicações e a ampliação do sistema público de comunicação no Brasil. Como vocês podem notar, não será fácil e teremos muita luta pela frente. Mas em condições muito mais dignas, para dizer o mínimo...

E a luta continua!

Bem que gostaríamos de encerrar este editorial apenas com as boas novas, mas a verdade é que se no plano federal a nossa categoria contará com certa esperança para

avançar na conquista de direitos, a coisa não será nada fácil em São Paulo. Tudo bem que já adquirimos certa experiência em lutar contra desmontes e arbitrariedades diversas durante os 28 anos de governos tucanos, mas agora a nossa batalha será travada diretamente com o bolsonarismo, só que em uma versão estadual.

Isso é particularmente preocupante ao se levar em conta que o desastre da gestão da EBC nos últimos anos pode ser replicado para a TV Cultura e demais meios públicos de comunicação de São Paulo. Além do fato de que o resgate da Imprensa Oficial do Estado ficará muito mais distante de ser concretizado diante das explícitas ambições privatistas e de destruição dos bens construídos pelo povo.

Mas não adianta ficar chorando pelo leite derramado. Agora, é curtir o merecido descanso neste final de 2022 — mas sempre atentos, é claro, para combater qualquer tipo de sanha golpista que ainda tente impedir o processo democrático em nosso país. E chegar com a energia devidamente carregada para construir um Brasil justo e que tenha a classe trabalhadora como protagonista na luta por direitos e dignidade. Ousemos sonhar!

Direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO
DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE

Diretora responsável Larissa Gould
Jornalista Adriana Franco e Priscilla Chandretti **Edição de arte** Fábio Bosquê
Capa Freepik.com (ilustração) **Revisão** Cláudio Soares

CONSELHO EDITORIAL

Cinthia Gomes, Decio Trujillo, Fábio Bosquê, Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca Kfourir, Larissa Gould, Laurindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nassif, Mônica Zarattini, Pedro Zavitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.

Rua Rego Freitas, 530 - Sobrelaje. CEP 01220-010. São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Thiago Tanji **Secretária-geral** Candida Vieira **Finanças e Administração** Cláudio Soares **Interior** Solange Santana **Comunicação e Cultura** Eduardo Viné Boldt **Relações Sindicais e Sociais** José Eduardo de Souza **Sindicalização** Lillian Parise **Jurídica e de Assistência** Larissa Gould **Formação Sindical e Profissional** Cristina Charão

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Guilherme Balza, Paulo Zocchi, Rafael Benaque, Sérgio Kalili, Cláudia Tavares, Evany Sessa, Pedro Pomar, Ana Maria Minadeo, Joanne Mota, Laura Capriglione, Michele Barros, Solange Melendez

COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (CORFEP)

Cadu Bazilevski, Roberto Parizotti e Sérgio Pais

REGIONAIS

ABCD Rossana Lana (diretora regional), Ana Valim, Peter Suzano, Vilma Amaro
Bauru Camila Fernandes (diretora regional), André Freire, Ricardo Santana, Sérgio Borges, Tânia Brandão
Campinas Marcos Alves (diretor regional), Márcia Quintanilha, Reginaldo Cruz, Valério Paiva
Piracicaba Patrícia Sant'Ana (diretora regional), Adriana Ferezim, Gustavo Annunziato, Martim Vieira, Paulo Roberto Botão
Ribeirão Preto Sérgio Sampaio (diretor regional), Fábio Benedito, Fernando Braga, João Moreira, Raphael Cruz Pena
Santos Sandro Thadeu (diretor regional), Carlos Norberto Souza, Daniela Oríguela, Ernandes Caires de Sousa, Gustavo Miranda, Suely Torres
Sorocaba Adriane Mendes (diretora regional), Pedro Courbassier
Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira Rita Dell Aquila (diretora regional), Edvaldo Almeida

CONSELHO FISCAL

Fábio Soares, José Augusto Camargo, Norian Segatto, Pedro Malavolta, Alexandre Linares

COMISSÃO DE ÉTICA

Eliane Gonçalves, Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala e Rodrigo Ratier
Contato: comissaodeetica@sjsp.org.br

sjsp.org.br
 unidade@sjsp.org.br
 /JornalistasSP
 /SindicatoJornalistasSP
 @JornalistasSP

DESTAQUE

Na eleição, explodem os casos de violência contra a imprensa

São dezenas de agressões e ameaças de bolsonaristas contra jornalistas. É Jair Messias Bolsonaro – assediador da categoria condenado em primeira instância – quem dá o exemplo a seus apoiadores

por Priscilla Chandretti



FOTO: CASSIA BELINI

Enquanto preparávamos esta edição do *Unidade*, não paravam de chegar notícias de colegas jornalistas ameaçados ou agredidos por aqueles que não aceitam a derrota de Jair Bolsonaro nas urnas. Organizações que atuam em defesa da imprensa, como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), mapearam 36 episódios em que golpistas agrediram fisicamente ou ameaçaram jornalistas apenas nos primeiros cinco dias após a vitória de Lula, em 30 de outubro.

“Quando se ataca um jornalista, é o próprio direito de ser informado que a população perde”, defende a presidenta da Fenaj, Samira de Castro. Ela cobra que as autoridades ajam com rigor para identificar os responsáveis e puni-los na forma da lei.

Escalada

No segundo turno, a tensão dos bolsonaristas cresceu e vários profissionais se viram em situações de risco real. Em 12 de outubro, em Aparecida (SP), a repórter Camila Moraes, da TV Aparecida, foi ameaçada por estar com uma blusa vermelha. Horas depois, a repórter Daniella Lopes e o repórter cinematográfico Tales de Andrade, da equipe da TV Vanguarda, foram hostilizados e agredidos fisicamente. O clima de tensão para os jornalistas foi permanente.

Atuação sindical

Em todos os casos, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP), a Fenaj e os demais sindicatos em suas bases territoriais agiram. O SJSP, por exemplo, contatou os profissionais, colocando-se ao seu lado, oferecendo apoio jurídico e denunciando os acontecimentos.

O Sindicato tem cobrado das empresas de comunicação medidas para garantir a segurança dos seus trabalhadores. “In-

felizmente, as empresas de modo geral não atenderam os ofícios enviados pelo SJSP, poderíamos ter tido menos casos de agressão”, explica Thiago Tanji, presidente da entidade. Também realiza plantões de sua diretoria, sempre que há potencial situação de risco, para atuar rapidamente junto aos profissionais.

O Sindicato se colocou à disposição de toda a categoria em outro tipo de ameaça: a pressão pela divulgação de informações falsas, imprecisas ou inverídicas, feita por empregadores. Para isso, um canal para denúncias foi criado. O SJSP caracteriza esse tipo de pressão como intimidação.

A entidade buscou ainda fortalecer a defesa da imprensa com uma campanha por adesões de candidatos ao Pacto pelo Fim da Violência contra Jornalistas. Entre os mais de 60 candidatos que se comprometeram a participar dos esforços para “combater toda e qualquer violência física ou verbal que impeça os jornalistas de cumprirem o seu dever democrático e sua responsabilidade social”, estão 12 parlamentares eleitos na Assembleia Legislativa e três no Congresso Nacional. Veja a lista completa em <https://bit.ly/PactoVio>

Ofensiva contra a divulgação factual

As investidas sobre os jornalistas são parte de uma ofensiva contra o papel social que a imprensa, mais uma vez, provou exercer. Bolsonaro e o bolsonarismo são não só inimigos da democracia, mas também dos fatos. “A gente pôde, com nosso trabalho, contar uma história que ainda está em desenvolvimento e que é, também, em defesa da democracia e do livre exercício do voto”, afirma Tanji.

O presidente do SJSP aponta que o trabalho jornalístico trouxe à tona possíveis esquemas de tentativas de compra de voto, casos de coação eleitoral, entre outros. E cita a intimidação de membros da cam-

APESAR DO AUTORITARISMO, DOS CRIMES ELEITORAIS E DA VONTADE DOS GOLPISTAS, O POVO PÔS FIM AO GOVERNO BOLSONARO

Em setembro, 16 organizações, entre as quais o SJSP e a Fenaj, se uniram em um Ato em Defesa do Jornalismo e da Democracia, na PUC São Paulo

panha de Tarcísio de Freitas, candidato do Republicanos a governador, contra o repórter cinematográfico que registrou o momento de uma morte a tiros em Paraisópolis, na capital. Integrantes da campanha presentes ao local coagiram o jornalista a apagar as imagens que eventualmente possibilitariam identificar os autores dos disparos, intimidação que foi denunciada pelo Sindicato e pela Fenaj.

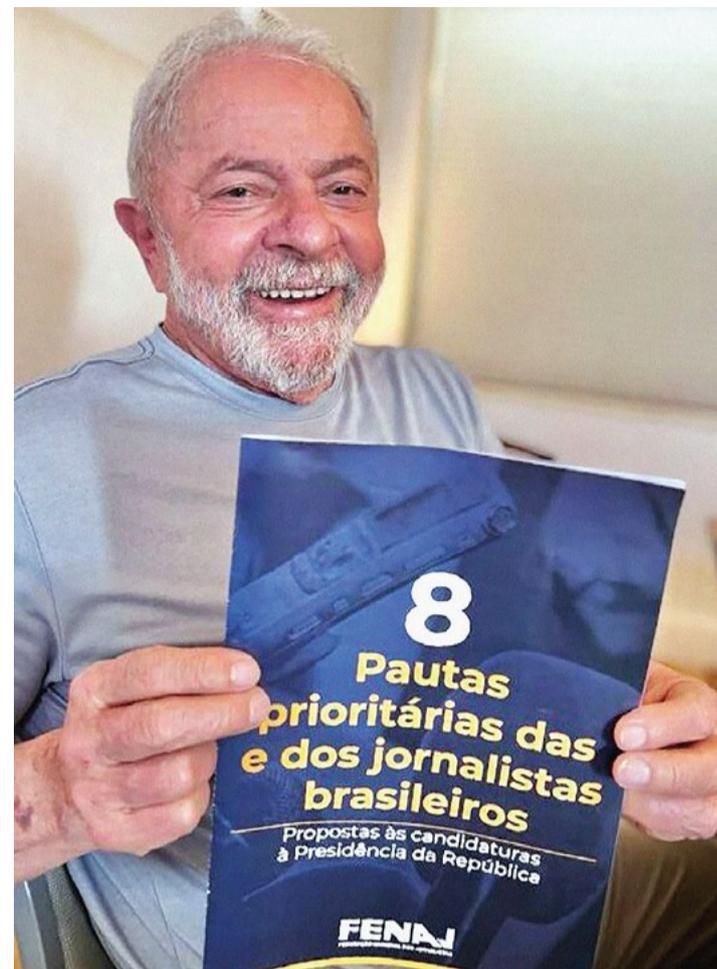
Resistência coletiva

O clima de hostilidade contra a imprensa tem exigido do movimento sindical de jornalistas e das entidades que defendem a liberdade de imprensa uma preocupação constante e coletiva. Em setembro, 16 organizações se uniram em um Ato em Defesa do Jornalismo e da Democracia, na PUC São Paulo. Elas declararam: “Nós resistimos e resistiremos. Seguiremos cumprindo nosso dever de levar informações de interesse público para toda a sociedade, com ética jornalística e profissionalismo. E temos certeza de que o medo, o ódio e a violência não vencerão”.

Apesar do autoritarismo, dos crimes eleitorais e da vontade dos golpistas, o povo pôs fim ao governo Bolsonaro. Thiago diz que, depois de quatro anos de muita resistência, “temos um novo horizonte pela frente, mas não vai ser simples desmontar um ambiente de ódio e mentiras contra a imprensa.”

CAPA

Em outubro de 2022, ainda durante a campanha, Lula recebeu a plataforma dos jornalistas para as eleições



QUAL COMUNICAÇÃO QUEREMOS?

APÓS SEIS ANOS DE DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ATAQUES AO JORNALISMO, ENTIDADES FAZEM BALANÇO E APONTAM CAMINHOS DE RECONSTRUÇÃO **por Larissa Gould**

O ano era 2016. Sequer imaginávamos um governo Bolsonaro com seus absurdos desmandos e lamentáveis episódios que mais lembram uma série de ficção distópica. Mas a realidade já não era tão melhor assim. Em agosto daquele ano, vítima de um golpe midiático-jurídico-parlamentar, a então legítima presidenta do Brasil Dilma Rousseff (PT) era destituída de seu cargo de chefe do Executivo. Michel Temer (MDB), então vice-presidente, assume os últimos anos daquele mandato. A reportagem de capa deste *Unidade* propõe falar de futuro. Em especial, o futuro da comunicação no Brasil. Mas é impossível não realizar um balanço desses últimos anos, especialmente para relembrar tamanhos retrocessos que

atingiram, particularmente, a categoria de jornalistas do país. E que demonstram os enormes desafios que teremos pela frente na luta pela reconstrução do Brasil e das políticas de comunicação.

“Seis anos de total retrocesso no ambiente comunicacional do país”

A máquina de Bolsonaro foi, sim, a maior cerceadora da liberdade de expressão do país, como indica o relatório *Calar Jamais*, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Foi também o seu governo um notório disseminador de ódio e notícias falsas, e tantos outros agravos. Mas, justiça seja feita, não podemos nos furtar de relembrar o início de todo esse processo. Já em setembro de 2016, no primeiro mês como presidente golpista, Temer iniciou o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Por meio da Medida Provisória 744/2016, a EBC passou a ser administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria-Executiva. Ricardo Melo foi exonerado do comando da empresa, e o Conselho Curador, extinto.

Rita Freire, ex-presidenta do Conselho Curador da EBC, relembra o caráter daquela ofensiva. “O ataque mais simbólico foi o desmonte da EBC, ato contínuo ao impeachment da presidenta Dilma. A medida provisória deu fim ao Conselho, ao mandato presidencial (da empresa) e estabeleceu um processo de caça às bruxas. Um processo de desconfiguração do caráter de comunicação pública da Empresa Brasil de Comunicação. Esse ataque não teve só um peso simbólico, mas concreto para a questão da democracia”. Isso porque, como explica Rita, para o pleno exercício da democracia, é preciso ter uma mídia independente de governo e partidos,

e também do mercado. “É preciso ter assegurada uma comunicação em que a orientação seja livre desses condicionantes, e venha da sociedade civil com uma equipe qualificada e autônoma, com mecanismos para assegurar que não tenha desvios e que avance na representação das vozes da sociedade”, ressalta.

Mas, do golpe para cá, não só a comunicação pública foi alvo de ataques, como pontua Renata Mielli, jornalista, pesquisadora do PPGCOM-ECA/USP e membra da Coordenação Nacional do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé. “A própria extinção do Ministério das Comunicações na primeira fase do governo Bolsonaro sinalizava a ausência de políticas para essa área. E também a aprovação da lei que altera o regime de prestação de serviços de telecomunicações e acaba com os contratos de concessão, completando o processo de privatização



DIVULGAÇÃO

Carta por uma comunicação democrática no governo Lula é entregue ao GT de Comunicações do governo de transição

A incansável luta dos trabalhadores foi reconhecida no 44º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em cerimônia realizada no último dia 25 de outubro, com o Prêmio Especial de Contribuição ao Jornalismo. Na ocasião, profissionais da empresa subiram ao palco para destacar o seu papel de resistência e permanente defesa de uma comunicação pública de qualidade para o Brasil.

Ventos de mudança

Preocupadas com a situação das políticas de comunicação no Brasil, ainda nos meses da campanha eleitoral, diversas entidades que lutam pela pauta estiveram em diálogo com a coordenação do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em setembro de 2022, Lula recebeu na cidade de Fortaleza as propostas da Fenaj para o futuro do jornalismo no país. O documento *Oito Pautas Prioritárias das e dos Jornalistas Brasileiros* elenca as principais demandas debatidas e aprovadas nos últimos congressos nacionais da entidade, além de propostas históricas da categoria, documentadas por meio do trabalho realizado pelos sindicatos de jornalistas de todo o Brasil.

As propostas se dispõem em grandes eixos de interesse da categoria, que tratam desde temas gerais da conjuntura nacional como de questões que envolvem a valorização do jornalismo e da atividade profissional. A Fenaj propõe ao governo eleito:

- ➔ A revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária;
- ➔ O apoio à aprovação da PEC do Diploma;
- ➔ A atualização da regulamentação profissional;
- ➔ A criação do Conselho Federal de Jornalistas;
- ➔ A criação do Piso Salarial Nacional dos Jornalistas;
- ➔ A criação do Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo;
- ➔ A recuperação da EBC e a ampliação do Sistema Público de Comunicação;
- ➔ A regulação das comunicações e das plataformas digitais.

Também no mês de setembro, o FNDC, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Coalizão Direitos na Rede, a Frente Em Defesa da EBC, a Carta pela Soberania Digital, o Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e a Agenda 227 realizaram uma atividade unificada e entregaram à coordenação do programa de Lula suas pautas prioritárias ao futuro da comunicação brasileira.

O SJSP também é filiado ao FNDC e integra a Frente Em Defesa da EBC. Entre as demandas dos documentos apresentados à equipe de Lula estão: uma nova lei geral de comunicações para o Brasil, maior participação social, garantia de redes abertas e neutras, universalização dos serviços essenciais, apoio à tecnologia nacional e fortalecimento do sistema público de comu-

e reduzindo drasticamente o papel do Estado na fiscalização e na adoção de diretrizes para a prestação desse serviço público essencial, que fica à mercê dos interesses privados”.

Mielli lembra as portarias e decretos que alteraram regras de concessão e outorgas das emissoras de rádio e televisão, priorizando o setor privado, além do fim de uma política mínima para as rádios comunitárias, da descontinuidade do processo de concessão dos canais da cidadania e da total ausência de parâmetros pautados no interesse público para a distribuição de verbas de publicidade do governo federal. Em suma: “Seis anos de total retrocesso no ambiente comunicacional no país”.

Violência contra jornalistas

Uma das lamentáveis marcas do governo de Bolsonaro (PL) foi o ataque a jornalistas e veículos de comunicação, como lembra Beth Costa, jornalista e coordenadora-geral do FNDC. “Vimos como o presidente tratou a imprensa na sua posse. Deixou a imprensa confinada. Não deu acesso à cerimônia”. E foi só o começo. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), ao realizar o mapeamento anual de violência contra as e os jornalistas por meio do *Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil*, constatou que dobraram os ataques a jornalistas e veículos de comunicação no primeiro ano de governo Bolsonaro (2019) em comparação com 2018.

Este aumento de casos teve como principal responsável o presidente, que realizou mais de metade dos ataques — dos 208 casos registrados em 2019, 121 ameaças e agressões foram proferidas por Bolsonaro. O número se manteve neste patamar nos relatórios dos dois anos seguintes. “A principal característica desde o início do governo Bolsonaro foi a maneira como ele se comportou com um projeto político de

ultradireita de dominação política. Uma máquina de desinformação, de disseminação de informação falsa e manipulação da vontade popular”, afirma Beth.

Em outubro de 2022, o FNDC divulgou o seu 2º relatório da campanha *Calar Jamais*, que teve início logo após o golpe de 2016 e trouxe outro dado preocupante, uma forma de violência igualmente grave: a censura. De junho de 2019 a fevereiro de 2022, a entidade mapeou 110 casos de censura, sendo mais da metade deles (54) contra jornalistas, comunicadores sociais, veículos e meios de comunicação. Além disso, 67,6% das denúncias de cerceamento da liberdade de expressão foram protagonizadas pelo Estado brasileiro.

E nessa conta nem está o desmonte das políticas de transparência. “Houve um retrocesso muito grande ao ameaçar a Lei de Acesso à Informação. Também através de portarias, o governo federal limitou o acesso da população em geral, e principalmente da imprensa, às informações que eram consideradas públicas. Houve um apagão na divulgação de informações que antes praticamente eram públicas e passaram a ser classificadas como secretas”, lembra Beth.

Assim como a própria EBC, alvo de sistemático desmonte, os trabalhadores da empresa também foram vítimas deste governo. A começar pelo fato de que jornalistas e radialistas estão há dois anos sem reajuste salarial e Acordo Coletivo de Trabalho, com sucessivas tentativas da empresa de retirar direitos, piorar as condições de trabalho e perseguir a atuação sindical. Além disso, a categoria sofreu assédio moral e intimidação, documentadas pelos sindicatos em diferentes episódios.

Mas os jornalistas e radialistas não se dobraram. Durante o período, a Comissão de Trabalhadores lançou quatro dossiês denunciando censura e governismo na empresa. Só no último documento, lançado



“NÃO PODE HAVER DEMOCRACIA NO BRASIL ENQUANTO NÃO HOUVER DEMOCRACIA NAS COMUNICAÇÕES”

Beth Costa

em setembro de 2022, foram monitoradas, de agosto de 2021 a julho de 2022, 292 denúncias de censura e governismo nos veículos públicos.

De acordo com o relatório, o uso dos veículos para promoção pessoal do presidente Jair Bolsonaro se aprofundou, principalmente na TV Brasil, que passou a ter a grade unificada com o canal governamental NBR em 2019. No período abrangido pelo quarto dossiê, foram transmitidos ao vivo 274 eventos com o presidente, totalizando 192 horas, 58 minutos e 18 segundos. Os levantamentos foram elaborados pela Comissão de Empregados da EBC e sindicatos dos jornalistas e dos radialistas de Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo. Junto com a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, foi lançado em dezembro de 2020 a Ouvidoria Cidadã, para analisar conteúdos publicados e veiculados pela empresa.

CAPA



DIVULGAÇÃO



ARQUIVO PESSOAL

À esquerda, Beth Costa, coordenadora-geral do FNDC, cadeira que ocupa representando a Fenaj. Ao lado, Renata Mielli, membra da coordenação nacional do Barão de Itararé. À direita, Rita Freire, que integrou o Conselho Curador da EBC



AGÊNCIA BRASIL

nicação. As entidades também reivindicam a imediata revogação da Lei 13.417/2017, que alterou a Lei 11.652/2008, de criação da Empresa Brasil de Comunicação; a revogação da Portaria 216/2019, publicada pelo presidente da EBC, que extingue a NBR e altera o caráter público da TV Brasil; e a separação dos canais públicos e governamentais, possibilitando que a comunicação pública tenha condições de garantir sua autonomia financeira, de gestão e conteúdo.

Mas se engana quem acredita que basta a eleição de um governo progressista para alcançarmos todos esses objetivos. “Precisamos fazer muita pressão política para colocar a agenda da comunicação como estratégica para a democracia e para a reconstrução do Brasil, sob pena de passarmos mais quatro anos sem enfrentar uma agenda mínima nessa área”, pontua Mielli. “A correlação de forças no novo governo será difícil. Vamos nos lembrar que a coalizão que garantiu a vitória de Lula é composta por uma frente ampla compostas por campos políticos que têm visões diferentes sobre muitas das agendas estruturantes para o país.” A jornalista acredita, entretanto, que precisamos enfrentar essa disputa, com argumentos, propostas e muita determinação. “Ou enfrentamos o debate da comunicação ou continuaremos à mercê de uma estrutura que alimenta o pensamento de extrema-direita, retrógrado e reacionário no país”, conclui.

Perspectivas para 2023

Dessas articulações realizadas ainda no período eleitoral, foi construída a carta *Comunicação Democrática é Vital para Democracia – Uma Agenda para o Novo Governo Lula*, assinada por quase 100 entidades, entre elas o SJSP, além de quase 300 jornalistas, pesquisadores e ativistas da área da comunicação. O documento salienta o caráter estratégico do debate de políticas de comunicação para o Brasil.

O texto é organizado em oito pontos principais:

- Garantia da diversidade e pluralidade comunicativas;
- Universalização do acesso à internet;
- Regulação das plataformas digitais;
- Fortalecimento das mídias alternativas (independentes, comunitárias, populares e periféricas);
- Enfrentamento à violência contra jornalistas e comunicadores;

- Recuperação da autonomia e do caráter público e fortalecimento da EBC;
- Estímulo à apropriação tecnológica e educação midiática e o desenvolvimento;
- Interlocução da comunicação com a pasta de ciência e tecnologia.

A Carta foi entregue ao GT Comunicações do Governo de Transição em 25 de novembro, no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília (DF). Para Mielli, as prioridades para o próximo governo envolvem a urgência em se enfrentar a regulação de plataformas de redes sociais, que são hoje “o principal ambiente de circulação de desinformação e discurso de ódio. E não apenas isso: são nessas plataformas que se estruturam os movimentos golpistas e antidemocráticos e nelas circulam os conteúdos que questionam a higidez do nosso processo eleitoral, que questionam o resultado das eleições e que pedem intervenção militar, a volta da ditadura. Regular essas plataformas é uma tarefa urgente para defender a democracia”.

A pesquisadora também ressalta a importância de se retomar a discussão de como desenvolver políticas para garantir a universalização da internet no Brasil, de qualidade e com preços acessíveis. “O acesso e uso da internet de qualidade é um direito fundamental, inclusive essencial para o exercício de outros direitos. É fundamental reconstruir um robusto campo público de comunicação, fortalecer a mídia alternativa, comunitária, e estabelecer mecanismos republicanos para regulação democrática dos meios de comunicação em consonância com os parâmetros estabelecidos na Constituição de 1988”.

Para Rita Freire, a EBC terá um papel central no projeto de comunicação pública brasileira no próximo período. “A EBC precisa ser um modelo, uma referência e uma fomentadora da produção de comunicação pública no país. Ela não pode ser superficial ou estar restrita ao eixo Rio-São Paulo. É preciso aprofundar essa conexão com a cultura regional, popular e periférica. A EBC precisa construir mecanismos para isso”, afirma. E isso passa necessariamente pela construção de um modelo robusto de comunicação pública no país. “O Brasil precisa inventar o seu modelo de comunicação pública”, considera Rita, reafirmando a importância da representatividade de toda a sociedade brasileira “que

“REGULAR ESSAS PLATAFORMAS É UMA TAREFA URGENTE PARA DEFENDER A DEMOCRACIA”

Renata Mielli

“O BRASIL PRECISA INVENTAR O SEU MODELO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA”

Rita Freire

não é branca e nem de classe média: hoje, há um movimento forte para enegrecer a EBC, e nós esperamos que o governo preste atenção neste trabalho que está sendo feito pela sociedade civil”.

E será possível desenvolver uma BBC à brasileira, como disse o presidente Lula dias após a vitória eleitoral? Rita Freire concorda em parte. “Uma BBC no sentido de ser uma empresa de grande alcance e com sustentabilidade. A partir daí, ela tem de ser uma empresa brasileira e não importar o modelo de Londres, mas pegar o que é positivo nessa experiência e associar com o que é a demanda do Brasil”.

Beth Costa, no entanto, relembra que essa não é uma luta nova para quem defende o fortalecimento da comunicação pública no país. “O nosso movimento continua com as mesmas prioridades, já que a nossa pauta persiste, nós lutamos por ela desde a época da redemocratização

do Brasil, quando dissemos que não pode haver democracia enquanto não houver democracia nas comunicações”. Mas a coordenadora-geral do FNDC está otimista: “Este governo abre a possibilidade de interlocução, nós temos certeza de que o movimento pela democratização da comunicação terá um lugar de fala neste governo para negociar as suas prioridades”.

Para Beth, dois pontos são centrais para melhorar a comunicação do país: regras e fomento. “Ter regra, ter fiscalização e ter fomento. Ter um ambiente de comunicação que permita a pluralidade e a diversidade de vozes que produzem a informação e o acesso livre às informações, a produção cultural e jornalística nas regiões. Para que as pessoas possam exercer o seu direito de escolha, se posicionar na vida política, pessoal e profissional da melhor maneira possível, munidos da melhor informação possível. Acho que esse é o objetivo macro de todo o movimento da comunicação”.

Compromisso com democratização da comunicação

Além de subscrever os documentos citados anteriormente, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo compõe frentes e fóruns comprometidos com a pauta da democratização dos meios de comunicação. Assim como iniciativas como a taxação das plataformas, defendida pela Fenaj e pela Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), a entidade acredita que é urgente a regulação dos meios eletrônicos e das plataformas digitais. Esta segunda luta transcende o território brasileiro.

As mudanças estruturais pelas quais a comunicação passa nos últimos anos e o seu caráter multissetorial trazem novos desafios aos movimentos que lutam por essa pauta, como a regulação dos serviços de *streaming*, por exemplo. Enquanto se encaram essas questões mais complexas, a luta pela livre circulação de informações e pela pluralidade, para que toda a sociedade possa se informar a partir de diferentes fontes de notícias, continuam a constituir a pedra fundamental para a melhoria da comunicação e o fortalecimento do jornalismo. O nosso Sindicato reafirma o seu compromisso com essa pauta e se junta ao coro de que sem a democratização da comunicação não é possível o exercício pleno da democracia no Brasil. Pela frente, muita esperança e muita luta. ■

ENTREVISTA

Eliane Gonçalves



FUTURO E PASSADO NA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

por Larissa Gould
Priscilla Chandretti
Thiago Tanji

Em novembro, jornalistas e radialistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) completaram dois anos sem Acordo Coletivo de Trabalho, instrumento garantidor de direitos adicionais aos que constam na CLT.

Em outubro, esses trabalhadores haviam recebido o Prêmio Especial Vladimir Herzog pela Contribuição ao Jornalismo, entregue a um coletivo pela primeira vez, como reconhecimento por toda a resistência em defesa da comunicação pública e contra os ataques ao jornalismo empreendidos pelo governo Bolsonaro dentro da EBC.

Conversamos com Eliane Gonçalves, jornalista da EBC. Ela foi representante dos trabalhadores no Conselho Curador da empresa de 2013 a 2016, já foi membro da Comissão de Empregados (organização própria dos funcionários) e hoje é da Comissão de Ética estadual dos jornalistas.

Eliane começou sua carreira no jornalismo pelo *Correio Braziliense*, passou pela *Veja* e em seguida foi trabalhar no SUS, onde coordenou a comunicação do programa de aids do Ministério da Saúde. Em 2004, fez concurso e entrou na Radiobrás, que foi incorporada pela EBC quando esta foi criada em 2008. Por isso, acompanhou toda a história de construção da EBC.

“Mesmo nunca tendo visto o sonho da comunicação pública se tornar concreto, a gente sabia que estava mais perto. Por isso foi tão duro ver todo o desmonte.” Nesta entrevista, falamos do passado, mas pautando as expectativas e exigências para o futuro, para a reconstrução necessária no novo governo.

ENTREVISTA

Desde o golpe de 2016, a EBC vem sendo alvo prioritário. Qual seu balanço quanto aos retrocessos que ocorreram nos últimos anos?

Você pegou o ponto que, para mim, é o ponto de corte mesmo, o golpe. O processo de desmonte foi todo pavimentado no governo Temer.

No governo Lula, a EBC era tratada com aquela história de “TV traço”, “TV Lula”, uma história de que nós éramos muito irrelevantes. E o mais marcante para mim é que antes de mexer na Petrobras, antes de mexer em qualquer outra estrutura de política pública, a EBC foi a primeira atacada.

No momento do golpe, o desmonte foi brutal. Começa com o processo de demissão do Ricardo Melo, que estava investido do mandato de presidente da empresa. É um processo que vai para a Justiça. Se resolve com uma Medida Provisória, em 2017, a qual acabou com um dos pilares da comunicação pública, a autonomia política do presidente. Ele era indicado pelo presidente da República para um mandato de quatro anos, mas não poderia ser deposto por ele, teria de ser deposto pela sociedade civil. A MP acabou com isso.

E vem a dissolução do Conselho Curador, que era o controle da sociedade civil. O conselho tinha 22 integrantes, sendo 15 da sociedade civil. Ele era o único que tinha a autorização, em casos muito específicos, para demitir o presidente da empresa.

Foram essas mudanças no arcabouço legal, na lei de criação da EBC, que pavimentaram aquilo que veio na sequência com Bolsonaro. Marcadamente, a confusão definitiva entre comunicação estatal e pública, quando juntou a TV Brasil com a TV NBR¹.

Essa fusão é o mais simbólico, mas aconteceu o mesmo em todos os veículos. As pessoas falam muito da TV Brasil, mas nosso veículo mais potente, mais relevante, é a Agência Brasil. O veículo que mais cobre os desertos comunicacionais é a Rádio Nacional. A única emissora de rádio que estava presente em Tabatinga era a Rádio Nacional, nesse caso de Dom Philips e Bruno Pereira.

As mudanças no governo Temer pavimentaram o caminho para o fim da Ouvidoria. Antes, nós tínhamos a Coluna da Ouvidora, tínhamos um relatório interno semanal, era nosso ombudsman. A gente tinha uma avaliação de como o público – o dono dos veículos – estava recebendo nosso trabalho. No governo Temer, a Ouvidoria ainda ocupava um papel, nós tínhamos relatórios bimestrais e anuais a que tínhamos acesso. No governo Bolsonaro, terminou em 2020 o mandato da última ouvidora, Cristiane Samarco, e foi agora nomeado um coronel². E o Conselho de Administração (Consad), que é outra instância da EBC (hoje a única instância em que a gente consegue ter



ALICE VERGUEIRO

um representante dos trabalhadores, a Kariane Costa), autorizou o fim dos relatórios bimestrais da Ouvidoria, com a desculpa de que isso fazia mal para a imagem da empresa.

Então, houve essa completa apropriação do Bolsonaro para transformar aquilo que seriam órgãos de comunicação pública não em uma comunicação do Estado, nem em uma comunicação de governo, mas uma comunicação do governante. Era uma apropriação pessoal, mesmo. Eu estava vendo a hora em que a gente ia cobrir os canapés da primeira-dama.

Era um aparelhamento muito violento, com um processo de censura extraordinário. Os nossos dossiês de censura começaram ainda no governo Temer. Tivemos enfrentamentos com pautas que foram absolutamente interdidas, como Marielle Franco. Não se podia falar sobre ditadura. No jornalismo, a gente

constrói a memória do país, fazendo o registro dos fatos, e parte dessa memória foi definitivamente cortada. Outra percepção que tivemos foi que não dava para a gente registrar só a censura, tínhamos que registrar também os casos de apropriação, de governismo.

Enfim, foi um desastre. E uma outra coisa é o papel que isso tem nas pessoas que vão fazer parte da reconstrução de um projeto – que tem que ser entendido como da sociedade inteira. Mas parte importante das pessoas que vão operacionalizar essa reconstrução, os funcionários, foram muito violadas. Foram seis anos trabalhando contra o antijornalismo, em que você vai sendo encostado, colocado na geladeira. Para mim, vai passar por um processo de reaprendizado do que é o trabalho e de ter autoestima. Jornalismo envolve autoestima, para você chegar numa coletiva e ter condição de abrir a boca e perguntar. E isso foi absolutamente agredido.

Você cita o fato de toda essa estrutura ser usada por um projeto do Bolsonaro, pessoal, mas o que você avalia que tem por trás disso politicamente? Nos últimos anos, a EBC teve uma direção muito ligada aos militares. Há um impacto da concepção centralizadora dos militares, dos órgãos servirem a seu projeto, sobre o debate que a EBC fazia de estar a serviço da sociedade?

O professor Laurindo Lalo Leal Filho escreveu um artigo recente e tem uma frase que me toca tanto. A duras penas, nós descobrimos que de fato estávamos construindo uma comunicação pública, que estávamos oferecendo um outro padrão de comunicação. Estávamos aprendendo, tínhamos muito a avançar, mas estávamos construindo. E foi vendo essa apropriação que percebemos. Não foi por acaso que tivemos tantos prêmios Herzog, que a sociedade civil estava sempre nos pautando, ou seja, tinha muita interlocução.

Sobre o interesse político, vou juntar aqui alguns pauzinhos. Vamos pegar por exemplo as novelas da Record. Chegamos ao absurdo de comprar novelas repetidas, que já estavam disponíveis na internet, para poder pagar a Record, o que depois é devolvido para a pessoa de Jair Bolsonaro. Isso para mim é um projeto político: milhões de reais para comprar uma novela sem qualquer critério público. E eu

não falo da religiosidade, pois a gente tem que ter espaço para brasileiros de todas as religiões. Mas não cumpre a função pública, não é inovador, não fomenta o mercado de produção. Não tem nenhuma justificativa técnica.

Outro uso político que eu vejo é o quanto de conteúdo a TV Brasil e a Rádio Nacional forneceram para a máquina de mentiras do Bolsonaro. O registro dos discursos absurdos que ele proferiu, por exemplo, na reunião com os embaixadores para lançar dúvida nas urnas, ou lá atrás na promoção da cloroquina. Esse material era feito sob medida para depois ser recortado para as redes.

Também acho que é preciso investigar e pesquisar profundamente como foi a cobertura da Rádio Nacional de Tabatinga, a única emissora de rádio que chegava no Vale do Javari, no caso de Dom Philips e Bruno Pereira.

Houve uma homenagem do Prêmio Vladimir Herzog, um dos prêmios mais importantes do jornalismo brasileiro, reconhecendo a resistência dos jornalistas e radialistas. Também ocorreu a maior greve da história da EBC no governo Bolsonaro. Como foi essa resistência no dia a dia? Como foi a participação das entidades sindicais?

Tem uns colegas da EBC que me dão um orgulho, pelos quais eu tenho uma admiração incrível. Uma turma que é absolutamente incansável, a capacidade e a disciplina que muitos dos meus colegas tiveram para registrar tudo, e eu acho que a gente vai conseguir fazer um memorial disso. Falando já de futuro, a gente tem que fazer um memorial para não repetir erros, para não cair nessa lógica brasileira de perdoar tudo, e ver o que tem que corrigir.

Tem dois casos concretos dessa resistência, que para mim são o que vão criar a base histórica do que foi o desmonte e a base para a reconstrução.

São os quatro dossiês de censura. E já está se preparando o derradeiro, relativo aos últimos seis meses do governo Bolsonaro, porque a censura continuou. Essa foi uma primeira resposta, foi um processo completamente organizado pelos funcionários. A censura é um processo que, para quem tá fora, é muito difícil ver o que aconteceu. Quem tá fora vê aquilo que foi publicado. A não ser quando ela é muito explícita, gritante, como foi nos

“

TEM UMA TURMA QUE É ABSOLUTAMENTE INCANSÁVEL, A CAPACIDADE E A DISCIPLINA QUE MUITOS DOS MEUS COLEGAS TIVERAM PARA REGISTRAR TUDO

”

Jornalistas e radialistas da EBC na cerimônia de entrega do Prêmio Especial Vladimir Herzog, em outubro

últimos tempos. Então, ela precisa ser narrada de dentro, e você precisa mostrar os documentos. Isso te deixa vulnerável no processo de perseguição que foi instalado dentro da EBC, em que as pessoas são vigiadas, os prints das conversas viram processos administrativos.

Registrar como operou a censura é um processo de resistência, as palavras que foram interditadas, as pautas que saíram da agenda. Essa movimentação envolvia inclusive uma disponibilidade de enfrentamento e de sofrer perseguições.

Outro processo que para mim é lindo é a Ouvidoria Cidadã, um movimento que também começou com os trabalhadores, a partir do desmantelamento desse que era o único canal de comunicação com a sociedade que permanecia aberto, a Ouvidoria, e foi interditado também. A Ouvidoria Cidadã ajuda inclusive a refletir sobre esses processos de participação da sociedade, no controle do que é a comunicação pública. Não precisa necessariamente estar atrelado à estrutura, tem que ter uma certa autonomia ou independência.

Então, tem uns colegas que foram fundamentais, que estão no meu coração e vamos fazer música para eles! São pessoas que enfrentaram em momentos que eu não consegui. Eu costumava dizer que a gente tinha de trabalhar um pouco naquela formação de passarinho em migração, em que às vezes o passarinho lá na frente tem de vir aqui para trás e outro assume, para o grupo conseguir ir seguindo. Teve essa construção: vamos atravessar esse período de forma coletiva. Até me arrepio.

E os sindicatos todos foram fundamentais, inclusive na hora em que havia mais riscos de exposição para as pessoas, os documentos foram assinados pelos sindicatos. Foram parceiros fundamentais. E também a Fenaj na divulgação dos nossos dossiês, porque aí deu uma visibilidade, por exemplo, aos balanços que fizemos de todas as vezes que o Bolsonaro entrou na EBC cortando a programação para fazer pronunciamentos, seja para promover a pandemia, seja para promover sua própria pessoa.

Essa proximidade é muito estratégica, e esse é um aprendizado que tem que ficar para toda a categoria.

Por que o ataque à comunicação pública é a toda a sociedade e à democracia?

A comunicação privada hoje interdita muitos debates. Você tem a reforma da Previdência e a trabalhista, e essas grandes pautas que afetam a sociedade brasileira inteira, por décadas, foram todas debatidas ouvindo especialistas que só tinham uma opinião. Quantas vezes nós ouvimos na TV apenas que a reforma trabalhista ia aumentar o emprego. Não só não gerou empregos, como aumentou o lucro das empresas, inclusive das empresas de comunicação.

“

VAMOS ATRAVESSAR ESSE PERÍODO DE FORMA COLETIVA

O FUTURO NÃO SAI DO ZERO, MUITA COISA FOI DESTRUÍDA MAS A GENTE TEM MUITO APRENDIZADO

”

A comunicação pública tem impacto para isso: para gerar debate, para construir nosso país. Porque outras vezes existem.

E o que a gente tem de perspectiva agora, com a eleição de Lula? O que os colegas da EBC têm como pauta?

Primeiro: reconstruir todos os pilares que foram destruídos. Recuperar o mandato de presidente, recuperar o Conselho Curador, recuperar a Ouvidoria.

Segundo ponto: não repetir os mesmos erros. Se tem uma coisa que nos deixou vulnerável para tanto desmonte foi justamente pegar um projeto muito no nascedouro, muito frágil, e deixá-lo à mercê.

O mais legal de pensar nisso é sacar que o futuro não sai do zero, muita coisa foi destruída mas a gente tem muito aprendizado já. Tem que ter a autonomia financeira que estava prevista em lei. Um dos pilares que nunca foi executado nos governos do PT foi garantir o acesso ao fundo de fomento da comunicação pública para a EBC. Isso ia para o Tesouro e nós ficávamos dependentes.

Não se pode achar que a EBC é só uma televisão. A gente jogou muita energia na TV quando a internet estava bombando. A gente não tem que repetir o padrão Globo, com essa história de “vamos fazer uma televisão e esse é o modelo que tem”. E faz parte, né, todos nós também fomos educados. Mas perdemos muitos proje-

tos que tínhamos lá atrás. Por exemplo, o Eugênio Bucci tinha um projeto todo de pensar a multimídia, e investia-se muito na Agência Brasil e na multiplataforma. Mas de repente focou-se num único modelo, que deixou a gente frágil porque não há estrutura necessária.

Tem que ter a participação da sociedade, tem que ter diversidade. A gente não tem compromisso com a publicidade, a gente está aqui para inventar, ousar, a gente tem que estar aqui para contribuir para um país mais justo.

Foi válido, foi justo o que a gente tava construindo, tanto que foi atacado frontalmente. Mas vamos avançar, vamos pra frente.

Qual sua percepção sobre a notícia de o Lula ter afirmado à sua equipe que quer transformar a TV Brasil na BBC brasileira? No Brasil, já tivemos emissoras públicas com programação de qualidade reconhecida, mas sem preocupação comercial ou com audiência. Qual modelo podemos buscar?

Eu fiquei muito feliz quando ouvi que o Lula falou em transformar a EBC numa BBC. Não porque eu goste do modelo da BBC. Mas o que está embutido nessa discussão é que não é uma TV estatal, não é uma TV governamental.

Agora, sobre o modelo. Acho que é importante ter audiência, ter relevância. Não dá para dizer que tá cumprindo o papel sem ter relevância.

A BBC depende de pagamento de mensalidade de todo mundo que tem uma TV em casa. Então, esse vínculo com o público dela é muito amarrado, ela tem que entregar um trabalho de qualidade, tem que se justificar. Eu acho muito legal esse conceito, é uma consolidação do seu caráter público.

Tem outros modelos que eu acho que a gente pode observar porque podem se aproximar mais do que temos no Brasil, como a PBS estadunidense. A PBS organiza as emissoras públicas dos estados federados em uma rede nacional, isso me parece muito com a estrutura do Brasil que tem TVEs estaduais. Essa foi uma grande sacada da EBC, essa noção de rede de comunicação pública também se perdeu. Ela organizava as emissoras públicas fornecendo conteúdo, e remunerando o conteúdo que vinha das estaduais. Você tinha um programa infantil do Pará, o *Catalendas*, maravilhoso, que a EBC remunerava e fortalecia a emissora lá.

O modelo a gente pode discutir.

E a gente tem muita coisa para construir, não é só o conteúdo produzido pela própria EBC. Você imagina a quantidade de filmes financiados pelo Ministério da Cultura, que já completaram todo o seu circuito de exibição e hoje não têm mais janela. São toneladas, e a gente poderia estar criando nosso *streaming* público para essa produção nacional.

Tem que ter dinheiro. Tem o fundo previsto na criação da EBC. Mas tem que focar e ter estratégia.

Entre os erros que não podem voltar a ser cometidos, é preciso pontuar que não existe comunicação pública de qualidade sem remuneração justa a seus trabalhadores. Hoje, jornalistas e radialistas da EBC estão sem Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) há dois anos. Não chegamos a esse extremo em nenhum momento dos governos Lula e Dilma, mas também tivemos vários embates trabalhistas difíceis, que exigiram entrar em greve. A expectativa imediata é que se destrave a negociação sobre o ACT. Como os trabalhadores podem encarar isso?

A gente não tem descanso. O salário está muito defasado, e as pessoas estão com dificuldade de pagar as contas. São anos de perdas salariais e de direitos. A gente tá numa gestão tão descabida que tirou até o auxílio para pessoas com deficiência.

E parte dos erros dos governos petistas dos quais falamos foi não valorizar a equipe. É tão marcante isso, a gente estava tão frágil por não ter ocupado espaço de gestão, de linha editorial. A EBC tinha um teto muito baixo para quem é da casa. Quando o Temer entrou, colocou vários funcionários nos cargos de chefia, e descobrimos que a gente não tinha a envergadura, não tinha fortalecido a coluna vertebral para usar o diferencial de ter feito concurso. Essa é uma parte muito sofrida.

Se for preciso, vamos para a briga, vai ser isso mesmo, estamos preparados. O aprendizado é que a gente tem que seguir voando em formação. Agora, talvez, com menos ventania. ■

1) NBR foi um canal criado em 1998, e posteriormente abarcado pela EBC, o qual cobria o Poder Executivo federal.

2) Cristiano Mendonça Pinto foi efetivado como ouvidor em 23 de setembro. Segundo informações da Ouvidoria Cidadã, é formado na Academia Militar das Agulhas Negras e nunca exerceu função em redação. Na EBC, passou pela Diretoria de Administração, Finanças e Pessoal e depois pela Diretoria de Operações. Antes, atuava na Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel).

”

Confira as denúncias registradas pela Comissão de Empregados e pelos sindicatos nas quatro edições do Dossiê de Censura e Governismo na EBC:
<https://bit.ly/DossieCensura>

PRÊMIO VLADIMIR HERZOG

Matérias expõem problemas sociais não superados

FOME, VIOLÊNCIA NO CAMPO, DESCASO COM A POPULAÇÃO INDÍGENA E DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA SÃO TEMAS VENCEDORES DA 44ª EDIÇÃO DO PRÊMIO

por Adriana Franco

As matérias jornalísticas premiadas na 44ª edição do Prêmio Jornalista Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos são um retrato fiel e desolador do Brasil em 2022 e abordam violações de direitos humanos de todos os tipos, como fome, violência contra populações vulneráveis e do campo, racismo estrutural, descaso com a população indígena e destruição da Amazônia.

A entrega dos prêmios, realizada na semana que antecedeu o segundo turno das eleições de 2022, foi carregada de discursos políticos em defesa dos direitos humanos violados, pauta das matérias jornalísticas premiadas.

Edgar Reboças, diretor de relações internacionais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), falou durante a abertura da solenidade de premiação em nome da comissão organizadora da premiação e reiterou que o cenário vivido pelo Brasil é o mais difícil desde a ditadura.

“Mais do que nunca a sobrevivência da democracia no Brasil depende de pessoas como as que estamos homenageando, hoje, recebendo esse prêmio. Profissionais de imprensa determinados a revelar esses fatos, denúncias e crimes. Os 528 trabalhos inscritos retratam preocupações que nos afligem diariamente nos últimos quatro anos. Os premiados nas sete categorias são reflexos deste sinal de alerta, pois dão um panorama amplo e tocante do Brasil atual por meio de fotos, textos, áudios, vídeos, ilustrações e livros. Os jornalistas premiados esta noite aprofundaram em grandes reportagens estas temáticas fundamentais para compreender melhor e refletir sobre os desafios que enfrentamos”, discursou Reboças.

Prêmios especiais

Em 2022, foram homenageados nomes que simbolizam o país, nossas lutas, nossa cultura e um coletivo de trabalhadores que representa a luta pela comunicação pública. Desde 2009, a comissão organizadora retoma as origens do prêmio e indica jornalistas, artistas, pesquisadores ou personalidades que, ao longo de suas vidas, fizeram um trabalho de destaque e consistente para a causa da democracia, da justiça e dos direitos humanos.

Kátia Brasil e Elaíze Farias, criadoras do portal de notícias *Amazônia Real*, receberam o prêmio especial 2022 por mostrar, desde 2013, a realidade da região amazônica sem filtros e dando voz a cidadãos e cidadãs invisibilizados no dia a dia. Durante o discurso de recebimento do prêmio, Elaíze Farias destacou que a Amazônia não é um local fácil de se viver, especialmente por ser uma região na qual as violações de direitos nunca cessaram e, ao contrário, se agravaram após a ascensão de Bolsonaro ao poder.

“Todos [na Amazônia] estamos sofrendo ataques violentos e sistemáticos. Grande parte dos assassinatos é desconhecida, pouquíssimos têm repercussão. Ficaram perdidos nos relatos locais, nas lágrimas e na revolta dos povos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos e dos camponeses. A Amazônia, por debaixo da sua magnífica floresta, é vermelha do sangue dos seus protetores e é uma floresta que está deixando de existir em muitas partes da sua região, consumida pelo fogo do modelo econômico neocolonialista e excludente. Os nomes escapam desse apagamento quando nós, como jornalistas, contribuimos para denunciar a violência, o assassinato, a violação de direitos humanos, as ameaças ao conhecimento ancestral e ao imenso saber dos povos originários. É urgente resgatar e contar a história e a memória coletiva destes povos

para que sua luta não continue esquecida. Precisamos sempre refletir nosso papel como jornalista. Nossa palavra tem um compromisso, quando você tem a história de um povo e transforma o personagem da sua matéria em um sujeito dessa história, você está comprometida com eles para sempre, e esse é nosso trabalho como jornalistas também”, discursou Elaíze.

O médico Drauzio Varella também recebeu o prêmio em reconhecimento ao seu trabalho de popularização do conhecimento no campo da saúde. Autor de livros que denunciam a lógica do sistema prisional brasileiro e os desafios para a construção de políticas para a população privada de liberdade, Drauzio nos lembra deste tema fundamental para a defesa dos direitos humanos.

Homenageado *in memoriam*, o repórter britânico Dom Phillips, assassinado durante o exercício profissional, foi premiado pela sua trajetória marcante no jornalismo em defesa do meio ambiente, na preservação da floresta amazônica e seus povos, tornando-se ícone da resistência. Ao premiar Dom Phillips, o Prêmio Vladimir Herzog reforça a importância de honrar a vida profissional e pessoal de Dom como um compromisso público dos que atuam em defesa dos direitos humanos.

Os trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) receberam ainda uma homenagem pela sua defesa da comunicação pública no Brasil por meio do Prêmio Especial Vladimir Herzog de Contribuição ao Jornalismo. Paulo Zocchi, vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), destacou que a EBC já venceu 7 vezes e recebeu 13 menções honrosas do Prêmio Vladimir Herzog. “Por mais de uma década, os profissionais dos veículos que compõem a EBC figuraram entre os destaques do Prêmio Jornalista Vladimir Herzog. Isso mudou nos últimos anos, pois as seguidas

intervenções autoritárias realizadas na empresa tentam acabar com qualquer autonomia do trabalho jornalístico. A partir do golpe de 2016, a EBC passou a ser sufocada pelos governos Temer e Bolsonaro, que foram transformando seus veículos informativos em instrumentos de propaganda, sem espaço para o contraditório e para a diversidade. A censura interna atinge diretamente os temas relacionados a direitos humanos. A direção da EBC tenta calar as vozes dissonantes, tomando medidas contra os próprios trabalhadores e trabalhadoras. Aconteceu isso com a jornalista Kariane Costa e com os dirigentes sindicais. Mas há uma reação interna há vários anos. Os jornalistas e os radialistas se mobilizam ininterruptamente para defender o caráter público da EBC diante de uma permanente ação destrutiva da direção da empresa. E é por isso e para homenagear essa resistência que a 44ª edição do Prêmio Vladimir Herzog oferece, em caráter excepcional, esse prêmio especial de contribuição à imprensa aos trabalhadores e às trabalhadoras da EBC pela resistência em defesa da comunicação pública”, reiterou Zocchi.

Premiados

Entre os vencedores do prêmio, a reportagem em quadrinhos *Três mulheres da Craco*, na categoria arte, retrata a degradante situação das mulheres viciadas em crack em São Paulo, vistas pelo Estado apenas como um problema de segurança pública costumeiramente resolvido com violência. Em fotografia, a série *A Dor da Fome* ilustra o aprofundamento de problemas sociais que o país parecia já ter superado (veja nas páginas 12 e 13).

Carol Ito é a vencedora na categoria arte e contou ao *Unidade* que já havia se inscrito anteriormente, tanto na categoria arte quanto na categoria texto. “Eu sempre me inscrevia porque era um sonho ganhar o

Kátia Brasil e Elaíze Farias, criadoras do portal de notícias *Amazônia Real*, receberam o prêmio especial deste ano





FOTOS: ALICE VERGUEIRO

prêmio que, para mim, é o mais importante do jornalismo. Então, foi bem emocionante recebê-lo com este trabalho de jornalismo em quadrinhos que junta as duas coisas que eu faço e tenho paixão”, resumiu.

Carol, que já ilustrou a seção *Traço Livre* da edição 409 do jornal *Unidade* e ilustra oportunamente mais esta edição, reconhece que o formato do jornalismo em quadrinhos está crescendo no Brasil, e alega-se que o Prêmio Vladimir Herzog tenha premiado sua reportagem realizada neste formato. Segundo ela, “o desenho é uma ferramenta de comunicação que possibilita acessar lugares que são difíceis de se registrar a imagem, possibilita uma aproximação com a fonte muito interessante justamente por não ter a barreira do registro. Muitas vezes [as fontes] são pessoas vulneráveis que não querem ser identificadas e o jornalismo em quadrinhos tem essa vantagem em relação a outros formatos que precisam de registro de imagem”.

Entre os trabalhos premiados que expõem problemas sociais jamais superados figuram a produção jornalística em áudio *O que os olhos não veem* e a produção multimídia *Mortes Invisíveis*.

Enquanto a reportagem em áudio, produzida pela *Agência Pública*, revela como o racismo estrutural, existente na sociedade brasileira e perpetuado pela Justiça, condena e criminaliza jovens pretos e periféricos inocentes, a produção multimídia publicada pelo *UOL* revela valas clandestinas que ocultam corpos de pessoas desaparecidas por ações criminosas de que nem mesmo o Estado tinha conhecimento. A utilização de valas clandestinas no país, vale lembrar, é resquício da ditadura militar brasileira, que teve seu fim marcado pela anistia de militares torturadores, os quais jamais foram punidos pelos crimes cometidos durante o regime de exceção, entre os quais o uso de valas clandestinas para ocultar o corpo de presos torturados e mortos.

Ciro Barros é vencedor na categoria áudio juntamente com a equipe de reportagem da *Agência Pública* e já havia levado a menção honrosa em 2017. Embora esteja feliz com o prêmio e com o reconhecimento de seu trabalho, Barros entristece-se pelo fato de ainda ter de produzir material sobre a existência de uma engrenagem que leva pessoas à prisão injustamente. Segundo ele, ao longo da reportagem, houve a tentativa de descrever os mecanismos desta engrenagem como a questão dos reconhecimentos, o peso do depoimento dos policiais, o racismo e, inclusive, o papel da mídia, que se divide entre pressionar pelo bom funcionamento da Justiça e facilitar que as pessoas sejam presas de forma injusta. “No fim, a gente mostra mais uma face da nossa institucionalidade, que é muito fraca e muito falha em servir a todos os segmentos da população. Uma grande parcela da sociedade, que são os pobres, negras, as mulheres e os grupos de minorias, como se chamam, infelizmente não tem a atenção plena de seus direitos. A importância de trazer essa temática é de também mostrar com o jornalismo, com histórias reais e fatos o quanto a gente tem essa ferida aberta no Brasil”, relatou Barros.

Entre os trabalhos jornalísticos que denunciam problemas sociais que se agravaram nos últimos anos, sob o governo Bolsonaro, figuram a produção em texto *Cercados e vigiados – PF legaliza seguranças que aterrorizam moradores de antiga usina de açúcar em Pernambuco*; a produção em vídeo *Crianças yanomami sofrem com desnutrição e falta de atendimento médico* e o livro-reportagem *Banzeiro òkótó: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo*. Tais trabalhos denunciam desde a prática ostensiva da violência no campo até o descaso com a população indígena e o meio ambiente por meio da devastação das florestas e dos territórios dos povos originários.

Vencedores do prêmio e integrantes das entidades que compõem a comissão organizadora, durante o evento de entrega, em outubro

MORTO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, DOM PHILLIPS FOI LEMBRADO POR SUA TRAJETÓRIA EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE E HOMENAGEADO IN MEMORIAM

Alice de Souza é a jornalista vencedora na categoria texto. Para ela, vencer o prêmio “é um sinal de que tenho feito não só um trabalho de qualidade, é um reconhecimento. Mas também de que é um trabalho que eleva a consciência social e tem cumprido o papel de defender uma sociedade mais justa, menos desigual. É o compromisso de atuar permanentemente na luta pela democracia”, declarou.

A reportagem de Alice é fruto de uma bolsa de reportagens oferecida pelo *The Intercept Brasil* a profissionais negros. Para ela, o prêmio reforça a necessidade de romper estigmas e abrir espaços para a diversidade dentro do jornalismo. “Isso garante que a gente tenha acesso a um jornalismo de qualidade e consiga visibilizar violações de direitos humanos que estão acontecendo no interior de algumas regiões, como foi o caso da matéria que eu fiz”, destaca.

A matéria de Alice que foi premiada retrata como a violência no campo ganhou, nos últimos anos, um reforço com o governo Bolsonaro. “Temos no Brasil, hoje, uma questão complexa e difícil, que é um discurso bélico, armamentista e genocida, que favorece acesso a armas, deturpa o conceito de violência e segurança pública. Então, a gente vê que está tudo muito errado e muito equivocado e esse Brasil de 2022 e de Bolsonaro normaliza isso. E não só normaliza como normatiza; o que é muito pior, porque assim há disputas, há conflitos como esse de Jaqueira que não deveria sequer estar existindo”, reflete.

“Você sai da premiação com mais e mais vontade de fazer jornalismo e de lutar pela defesa dos direitos humanos. E é como se a gente renovasse um pouco das nossas energias para lidar com esse momento tão complicado e assustador que temos visto no Brasil nos últimos anos”, declarou Alice. E que assim seja, para todos os profissionais que inscreveram as 528 produções jornalísticas da 44ª edição. ■

FOTOJORNALISMO

O presidente Bolsonaro proferiu mais uma de suas frases dantescas em agosto de 2021, contrapondo a compra de alimentos à compra de fuzis. Profundo conhecedor da cidade do Rio de Janeiro, Domingos já estava atento a essa rotina e propôs a pauta



Ossos e pelancas

Domingos Peixoto, vencedor da categoria Fotografia do Prêmio Vladimir Herzog, mostrou *A Dor da Fome*

por Eduardo Viné Boldt

Afome voltou a dar as caras no país. A pandemia do novo coronavírus, potencializada pela desastrosa gestão do governo Bolsonaro, fez o Brasil retornar aos anos 90. Mais de 33 milhões de brasileiros não sabem sequer se conseguirão fazer uma refeição por dia. A tragédia colocou ainda mais da metade dos brasileiros (58,7%) em situação de insegurança alimentar.

Os dados por si só são impactantes, mas não dão conta da agonia vivida pelas famílias. Foi buscando materializar a situação que o premiado fotógrafo carioca Domingos Peixoto trabalhou ao longo de dois meses na investigação e apuração dessa história que descreve bem o Brasil contemporâneo. *A Dor da Fome* foi publicada no jornal *Extra* em setembro de 2021 e choca pela forma crua como aborda o tema.

Natural da Baixada Fluminense, o repórter fotográfico de 55 anos acompanhou a doação de pelancas e ossos recolhidos em açougues e supermercados para moradores e famílias no bairro do Catete, zona sul da cidade do Rio. O que era antes destinado apenas a animais passou a ser a única forma de alimento para diversas famílias.

A reportagem foi vencedora do 44º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, na categoria Fotografia, e acabou pautando parte dos candidatos na última eleição. O trabalho de Domingos expôs as entranhas do descaso do governo Bolsonaro pela população mais pobre e desfavorecida do país. ■



Peixoto acompanhou a dolorosa rotina de Denise. Moradora da Baixada Fluminense, ela alimenta seus filhos e netos com as doações de banha e ossos realizadas duas vezes por semana na Glória, zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. O fotojornalista também é natural da Baixada, e ressaltou em entrevista ao *Unidade* o quanto a fome está mais próxima de todos os brasileiros do que parece. Abaixo, sequência que expõe a rotina da mulher de 51 anos que luta diariamente para poder se alimentar



SINDICAL

JORNALISTAS DO INTERIOR: UM MERCADO EM TRANSFORMAÇÃO

SALÁRIOS MENORES E BAIXA PERSPECTIVA PROFISSIONAL, OS DESAFIOS DA CATEGORIA SE ASSEMBELHAM NAS DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO

por Solange Santana

Quando se fala em jornalistas do interior ou do litoral do estado de São Paulo, é comum se pensar em blocos homogêneos, sem considerar as diferentes regiões, suas influências culturais e mesmo sotaques. As semelhanças, de fato, estão nas queixas da categoria quando se trata das dificuldades com o custo de vida, os salários menores e a baixa perspectiva profissional.

Os dados entre 2006 e 2020 da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) estudados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) trazem alguns indicadores da situação das e dos jornalistas que trabalham fora da capital.

O volume de vínculos empregatícios entre os jornalistas caiu de 5.743 para 4.518 no estado de São Paulo no período, excluindo a capital e a cidade de Osasco (cidade da sede do SBT). Se de 2007 a 2010 predominava o crescimento das vagas, chegando ao topo no ano de 2011, com 7.782 empregos com vínculo, depois disso o ritmo foi de constante queda.

Frequência do agronegócio

O interior paulista revela um setor da economia que cresce em investimentos na mídia. “Aumentou a participação dos setores

ligados ao agronegócio nos últimos anos”, testemunha o jornalista Décio Rodrigues, que trabalha na TV BioPremium/Ruminar.

A BioPremium é uma indústria de produtos farmacêuticos para bovinos que possui estúdio em Ribeirão Preto e transmite um programa, de segunda a sábado, pelo Canal do Boi e demais emissoras do Sistema Brasileiro do Agronegócio (SBA), sediada em Campo Grande (MS). Décio, que é jornalista desde 2006 e passou por outros veículos em Ribeirão Preto, como TV Thati e CBN, observa que o agronegócio tem entrado no ramo da comunicação adotando ferramentas modernas de mídia.

“Na cidade de Cravinhos há um programa financiado pela empresa Ouro Fino, ligada à indústria veterinária para cães e gatos. Ela montou um estúdio com três equipes, com uns três jornalistas, mais dois ou três produtores. Utilizam multiplataforma e transmitem no Canal Rural. Imagino que a tendência seja essa: seguir para as plataformas de *streaming* como forma de manter o veículo tradicional da televisão”.

Rádio cresce e se moderniza

Levantamento realizado na quinta edição do *Atlas da Notícia*, entre agosto de 2021 e fevereiro deste ano, aponta o avanço das rádios, especialmente nas pequenas cidades do interior do Brasil, com desta-

çãozinha, tem foco local, em Pitangueiras, Pontal e outras cidades menores na direção de Barretos. Estamos numa fatia de mercado que está entre o caráter bairrista de uma rádio comunitária – como o cachorro perdido ou o falecimento de alguém – e o de assuntos de maior abrangência. Seria uma briga desleal se comparar com uma emissora de Ribeirão Preto, que possa ter, por exemplo, 250 mil watts de potência ou com a EPTV, transmissora da Globo”.

Forma mudou

Conforme o jornalista, a rádio em que trabalha usa multiplataforma digital e tem o Portal 016. As reportagens não entram em formato impresso ou de vídeo, mas por uma Web TV, dentro do site, num player de transmissão. “Com uso de câmera, buscamos matérias considerando esse recurso. É muito mais trabalhoso porque tem que alinhar a notícia local com imagem. Precisa conseguir imagem e colocar tudo no formato jornalístico, que não fuja da proposta, que é falar da cidade”.

Online com desafios a enfrentar

O mapeamento do *Atlas da Notícia* confirma a liderança do online no Brasil. No estado de São Paulo, essa liderança se expressa em 859 veículos online, seguidos de 769 impressos e 658 emissoras de rádio.

Sérgio Lüdtke, coordenador da equipe de pesquisadores do projeto, explica, em artigo publicado pelo *Observatório da Imprensa*, que as dificuldades para a sustentabilidade dos veículos locais tradicionais, agravadas pela pandemia, e as poucas barreiras de entrada para a criação de veículos nativos digitais explicam o crescimento do online.

O impacto desse crescimento é grande na produção jornalística, como afirma Débora Pedrosa, da TV Band Vale (São José dos Campos): “O desafio é se manter com visibilidade e credibilidade em um mundo de tantas vozes e muitas fakes. Há uma geração que está chegando já ambientada com internet e redes. Jornalistas novos entendem mais de tecnologia, mas tiveram uma faculdade diferente e precisam de um suporte maior nos assuntos que são pilares do jornalismo, como apuração, ética, notícia. Então, quando se precisa dessa mão de obra para vagas tradicionais no rádio e TV, eles precisam de vivência, apoio e suporte do local de trabalho para entrarem nesse ambiente, tão diferente do das redes, mas que busca na juventude o frescor para se manter atual”.

Sem evolução nas condições de trabalho

Se no interior e litoral os veículos de comunicação evoluem em tecnologia, o mesmo não ocorre em condições de trabalho e nível de emprego e remuneração, aponta a Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

CONTRA A DISPARIDADE, O FIM DA DIFERENÇA DE PISOS ENTRE CAPITAL E INTERIOR É UM DOS PONTOS DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES NA CAMPANHA SALARIAL DE RÁDIO E TV

que na região sudeste: dos 4.628 veículos na região, 1.442 são rádios, seguidas de 1.386 impressos e 1.370 veículos online.

Essa tendência é reafirmada no relato de Décio, que também trabalha na rádio Total FM, em Sertãozinho. “Muitos programas da região de Ribeirão Preto, que é imensa, são de retransmissoras de grandes redes, como Globo e Record. Então, nosso trabalho é segmentado. A Rádio Total, em Ser-

Em 2007, no estado de São Paulo (excluindo a capital e Osasco) eram 1.023 profissionais de rádio e TV com vínculo. Em 2020, o número evoluiu pouco (1.141) e, nos últimos anos, o nível de remuneração vem caindo.

No segmento de jornais e revistas, a situação é mais dramática. No estado, (excluindo a capital e Osasco), houve queda brusca em emprego com vínculo (de 1.508 em 2007 para 481 em 2020) e em remuneração.

Pejotização intensa

Várias redações de jornais do interior e litoral são pejotizadas em grande parte, como é o caso do *Cruzeiro do Sul* (Sorocaba), ou quase totalmente, como o *Correio Popular* (Campinas) e o *Diário do Litoral* (Santos).

A repórter Nayara Martins, com 32 anos de profissão, trabalha como PJ para o *Diário do Litoral*. “Faço cobertura no litoral sul. O jornal disponibiliza o carro para que eu e a fotógrafa façamos as pautas”.

Apesar de considerar que essa condição permite ao profissional negociar o horário e a carga horária de trabalho, Nayara admite: “Essa forma de contrato acaba causando prejuízo aos jornalistas, pois perdemos direitos trabalhistas como férias, décimo terceiro, FGTS etc.”.

Troca por profissionais com menores salários

As empresas de comunicação, que sofreram o impacto da crise econômica, resolveram seus problemas precarizando e, muitas vezes, usando de assédio moral para obter mais por menos das e dos jornalistas, como atestam denúncias que chegam ao Ministério Público do Trabalho (MPT). Ou trocam profissionais experientes por outros, com menores salários, como se pode verificar nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), levantados pelo Dieese, comparando a remuneração dos que foram desligados com a dos admitidos em jornais e revistas do interior.

Mobilizar é preciso

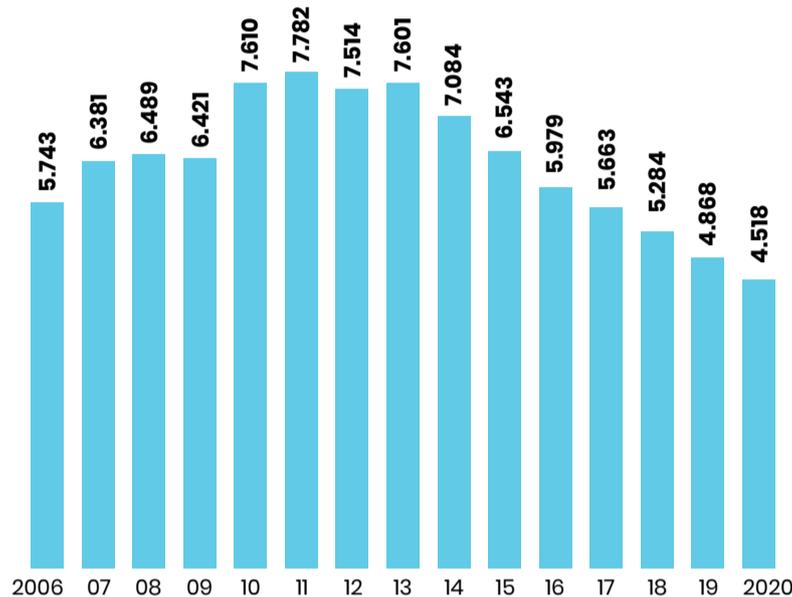
Com esses e tantos outros problemas, a categoria precisa estar organizada, participando das mobilizações chamadas pelo Sindicato, aconselha Décio. “Os jornalistas são distantes e desinteressados. Tivemos o dia do Veste Preto e em Ribeirão Preto não houve adesão. Vejo a luta do Sindicato, é uma dificuldade gigantesca de mobilização dos jornalistas”.

Débora lembra que a categoria sofreu dois golpes: “O fim da obrigatoriedade do diploma e a Reforma Trabalhista. Por mais que empresas sérias e compromissadas só contratam profissionais com diploma, qualquer pessoa, hoje, pode se declarar jornalista com um canal no YouTube ou um podcast”.



Estoque de vínculos

Estado de São Paulo (sem São Paulo-SP e Osasco-SP)

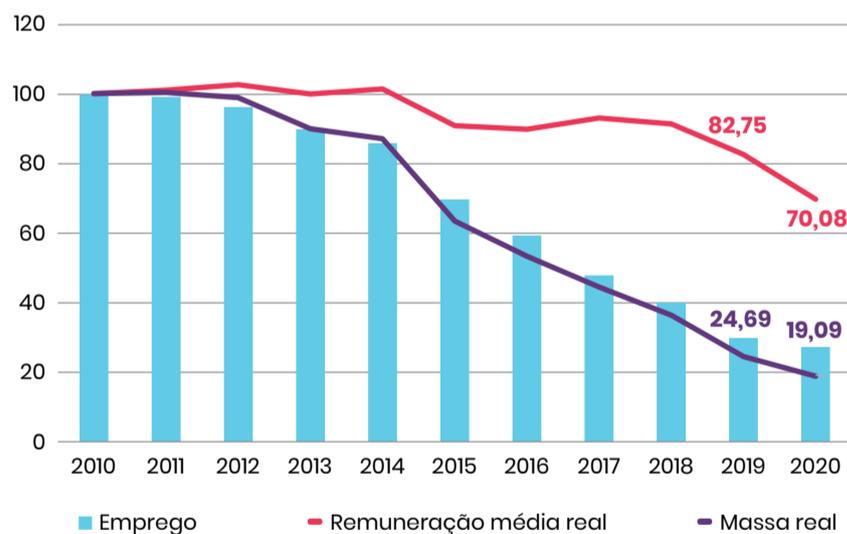


Emprego e remuneração média

Segmento de JORNAIS E REVISTAS

Estado de São Paulo (sem São Paulo-SP e Osasco-SP)

Índice da Remuneração e do Emprego (2010 = 100)

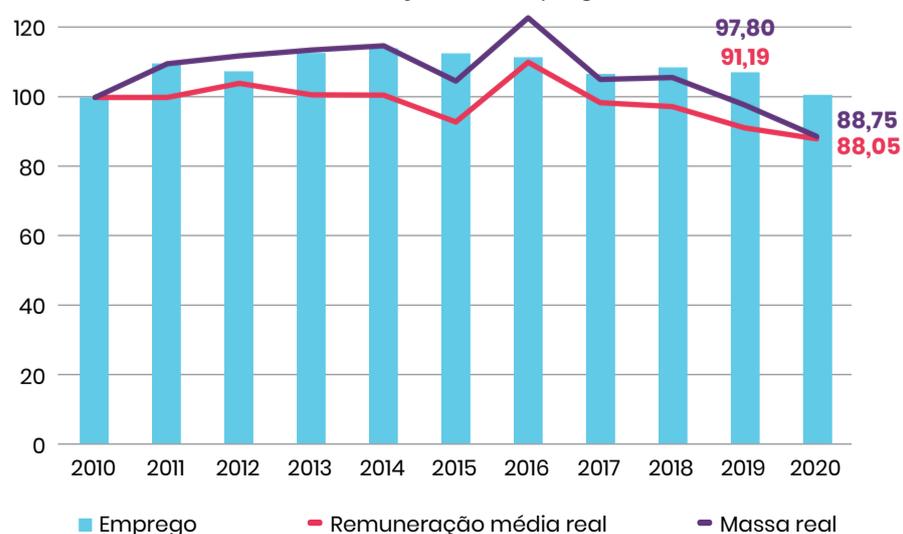


Emprego e remuneração média

Segmento de RÁDIO E TV

Estado de São Paulo (sem São Paulo-SP e Osasco-SP)

Índice da Remuneração e do Emprego (2010 = 100)



FONTE: DIEESE / RAIS 2006 A 2020

Mesmo profissionalismo com menores salários

Décio Rodrigues divide sua rotina entre o trabalho de apuração, produção, reportagem e apresentação de jornal na Rádio Total FM e o de repórter e apresentador na TV BioPremium/Ruminar. De segunda a sexta, faz das 6 às 12 horas na rádio e das 14h15 às 19h30 na TV, onde também trabalha aos sábados, das 5h45 às 11 horas.

Ele entende que, no interior, além de os pisos salariais da categoria serem mais baixos, a chance de projeção profissional e de planos de carreira são menores. “Isso é nítido porque, no interior, somente consegue um salário acima de R\$ 6 mil, por exemplo, o jornalista que trabalha como PJ – que é uma condição irregular. Esse profissional tem de arcar, muitas vezes, com a responsabilidade de dirigir os mais jovens. Só assim consegue uma remuneração um pouco melhor, que não se compara, por exemplo, com uma pessoa que faz o mesmo trabalho na capital para a Globo, o SBT ou a Bandeirantes. Os jornalistas com melhores salários do interior não seriam sequer lambaris, comparados aos chamados ‘tubarões’ do jornalismo nacional”.

Pisos menores que os da capital

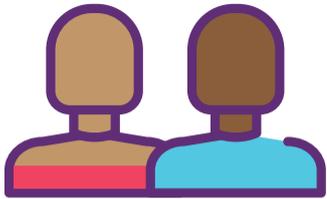
Pelo levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base no valor de cesta básica, no mês de setembro de 2022, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 6.306,97, ou 5,20 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00.

Com esse quadro, se a sobrevivência já é difícil para jornalistas de rádio e TV da capital, com pisos de R\$ 3.050,85 (5 horas) e R\$ 5.338,99 (7 horas), que dirá para profissionais do interior e litoral, que ainda têm pisos diferenciados para cidades com mais de 80 mil habitantes (R\$ 1.983,05 e R\$ 3.470,34) e menos de 80 mil (R\$ 1.908,96 e R\$ 3.340,68).

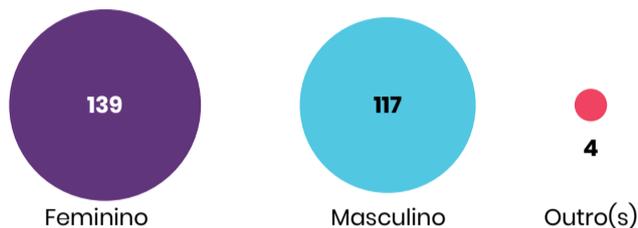
Débora mora a 40 quilômetros da redação e faz uma jornada diária de 8 horas de trabalho. “Por dia, levo uma hora e 30 minutos para chegar à redação e, para voltar, o mesmo tempo”. Ela reclama que, com a inflação, o poder de compra diminuiu. “Tivemos que adotar novos hábitos de vida para dar conta do essencial.” Sobre a diferença dos pisos, acha que é uma discussão importante a ser feita. “Existem cidades no interior e litoral com custo de vida igual ao da capital. Principalmente as cidades turísticas, onde há a inflação da sazonalidade pela demanda de visitantes”.

O fim da diferença de pisos é um dos temas da campanha salarial de rádio e TV em curso. A pauta entregue ao sindicato patronal (Sertes) coloca a reivindicação de um só piso em todo o estado. ■

COJIRA



GÊNERO Mulheres são majoritárias entre negros e negras de SP



Redações mais negras e jovens

Pesquisa aponta crescimento de 200% de jornalistas pretos e pardos nas redações brasileiras nos últimos dez anos

por Cláudia Nonato

As redações brasileiras estão mais negras e mais jovens. Nos últimos dez anos, houve um crescimento de 200% no número de jornalistas que se autodeclararam negros (pretos e pardos) no país. Essa foi uma das principais constatações da pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*, construção coletiva liderada pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC) e articulada nacionalmente pela Rede de Estudos sobre Trabalho e Profissão (RETIJ), da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), realizada em 2021. O trabalho atualizou dados de outras investigações realizadas há uma década, que demonstravam um total de 10% de jornalistas autodeclarados pretos e pardos nas redações brasileiras. Os coordenadores da pesquisa apontam as políticas de ações afirmativas implementadas nos últimos anos como responsáveis por esse avanço, que ampliou o acesso aos cursos de Comunicação Social/Jornalismo no país. Em contrapartida, mostra que apenas pequena parcela de profissionais negros e negras chega a posições estratégicas e cargos de chefia nas empresas de mídia. Um avanço ainda muito pequeno para um país no qual, segundo o IBGE, 56,2% da população se declara negra.

O estudo envolveu pesquisadores voluntários de todas as regiões brasileiras e contou com o apoio da Fenaj, Abraj, ABI, APJor, SBPJor, sindicatos e Abej. Ao todo, 7.029 jornalistas responderam ao questionário entre 16 de agosto e 1º de outubro de 2021. No entanto, foram eliminadas respostas muito incompletas, incoerentes ou de má-fé; com isso, ao todo foram analisadas

6.650 respostas válidas, sendo 6.594 no país e 56 de jornalistas que atuam no exterior. Desse total, ou 1.396 jornalistas (21%) se declararam pardos e 598 (9%) se declararam pretos, ou seja, a pesquisa apresentou um universo de 1.994 jornalistas negros.

A pesquisa nacional apontou ainda que pouco mais de 37% dos jornalistas participantes vivem no Estado de São Paulo. Ajustou-se então o estudo, considerando-se a distribuição provável de jornalistas em cada unidade da federação. Com base nisso, foram consideradas 3.100 respostas. No caso de SP, manteve-se o universo de 1.132. Desse total, 260 jornalistas se declararam negros e negras, aproximadamente 22%.

Dados de São Paulo

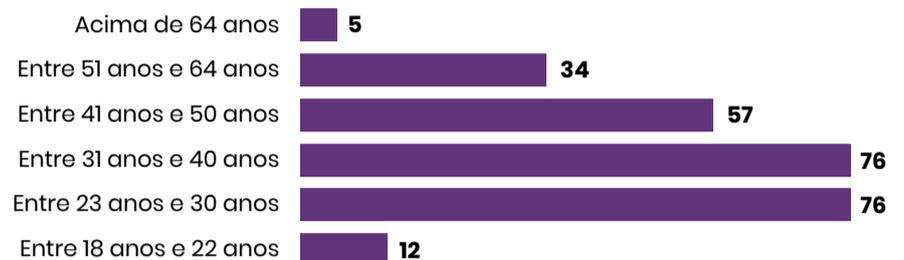
Entres os(as) jornalistas negros e negras do Estado de São Paulo que responderam, as mulheres são maioria (53,5%); no geral, são jovens: têm entre 23 e 40 anos de idade, são solteiros(as) e sem filhos. Quase todos(as) têm formação em jornalismo ou comunicação e 75% possuem registro profissional da profissão. A maioria cursou ou está cursando jornalismo em faculdade privada, fato que reforça a tese de que as políticas públicas impulsionaram o ingresso desse grupo no ensino superior e no mercado de trabalho.

Quanto à experiência, a maioria tem entre dois e dez anos de atuação no jornalismo. Pouco mais da metade afirma já ter passado ao longo da carreira por dois a cinco vínculos profissionais diferentes, como carteira assinada, contrato como freelancer ou pessoa jurídica (PJ)/microempreendedor individual (MEI), seja concomitantemente ou subsequentemente.

Atualmente, 68,6% dos que responderam declararam trabalhar como jornalistas. Os demais estão desempregados (7%); mudaram para outras áreas (7,8%); ou foram para a docência (5,4%). Pouco mais da metade dos respondentes trabalha em



FAIXA ETÁRIA Concentração em SP está entre 23 e 40 anos de idade



agência de notícias; 8,7% em revistas e a mesma proporção (8,7%) em rádio. Os dados de ocupação somam mais de 100%, já que alguns profissionais trabalham em mais de um tipo de veículo.

A função de repórter é exercida por 40,9% dos respondentes; 20,9% são editores. Apenas dois são diretores (1,7%) e cinco, chefes de redação (4,3%), numa demonstração de que os jornalistas negros chegam às grandes redações, mas não aos cargos de chefia. Os(as) jornalistas que se declaram “fora da mídia” estão concentrados(as) em assessorias de imprensa (35,6%), organizações do terceiro setor ou da sociedade civil (22%) e agências de comunicação (20,3%). Em relação à função, 40,7% se declaram assessor(a) de imprensa/comunicação (atendimento) e 23,7%, produtor(a) de conteúdo. Vale destacar que a maior parte (72,7%) trabalha em casa, em regime de home office, utiliza os próprios equipamentos (computador, móveis, softwares etc.) para realizar o trabalho e tem apenas uma fonte de renda.

A filiação a algum sindicato não é uma realidade para 68,5% dos respondentes. Sobre os motivos, 38,7% afirmaram não ter interesse em sindicatos; 26,4% acham que o sindicato não responde às demandas específicas da área de atuação e 27,9% declararam ter outras razões. Quase 90% declararam não ser filiado(a) a nenhum partido político. Sobre o posicionamento, a maior parte declarou ser de esquerda (63,2%) e centro-esquerda (16,6%).

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiro é conhecido por 66% dos(as) jornalistas negros(as) que responderam o questionário; 41% o consideram atual, mas insuficiente e incompleto. Credibilidade, diversidade, equilíbrio, imparcialidade, justiça, liberdade, objetividade, pluralidade, transparência, verdade são extremamente importantes para todos(as) os(as) respondentes. Quase 80% consideram ter condições profissionais para atuar dentro da ética jornalística, mas 69,2% afirmam que a pressão de anunciantes, patrões, governos ou outros impedem que o jornalismo seja exercido eticamente.

A pesquisa completa (com os dados nacionais) pode ser conhecida aqui: <https://shre.ink/1mPA>

Claudia Nonato é pesquisadora da CPCT da Escola de Comunicação e Artes da USP (ECA-USP)

EM SÃO PAULO, APENAS PEQUENA PARCELA DOS PROFISSIONAIS NEGROS E NEGRAS, CERCA DE 6%, CHEGA A POSIÇÕES ESTRATÉGICAS E CARGOS DE CHEFIA NAS REDAÇÕES

regime CLT. Os demais são MEI (11,9%); PJ (7,2%); freelancers (6,2%) e servidores(as) públicos(as) (5,2%), entre outros.

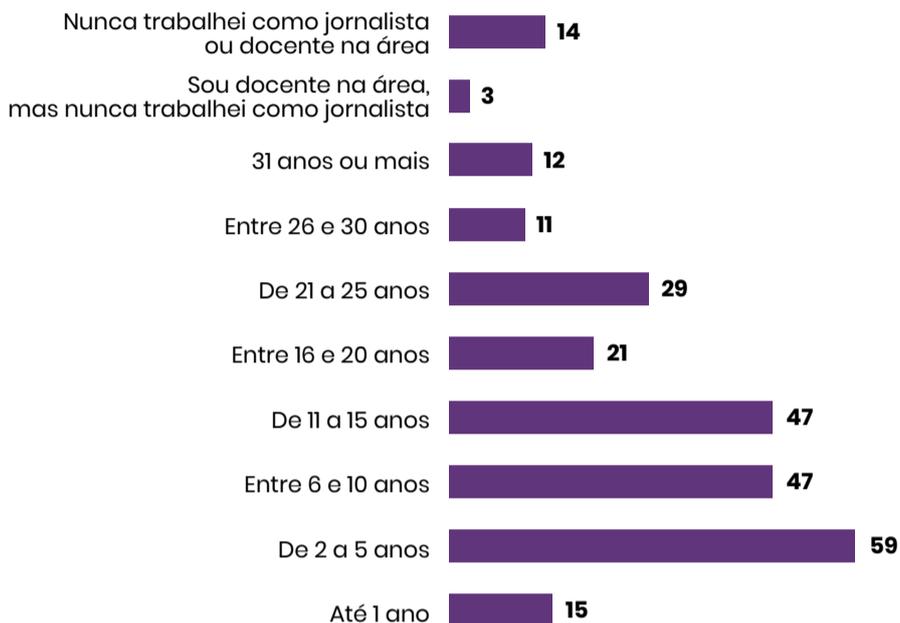
Em relação à renda, 43,3% ganham entre quatro e dez salários-mínimos (de R\$ 4.401 a R\$ 11.000); apenas 9,2% recebem acima desse valor; 30,4% recebem entre dois e quatro salários-mínimos. A remuneração líquida mensal é suficiente para apenas 35,1% dos respondentes. Pouco mais de 10% afirmam que sempre ficam devendo ao final do mês.

A mídia (imprensa, veículos de comunicação, arranjos e startups) é o maior campo de atuação, com quase 60% das respostas; 33,5% estão fora da mídia (assessorias de imprensa ou comunicação, produtoras de conteúdo para mídias digitais) e 6,7% na docência. Há uma mudança significativa na ocupação desses profissionais: 70,4% trabalham em jornalismo online; 24,3% em TV; 21,7% em jornal impresso; 17% em



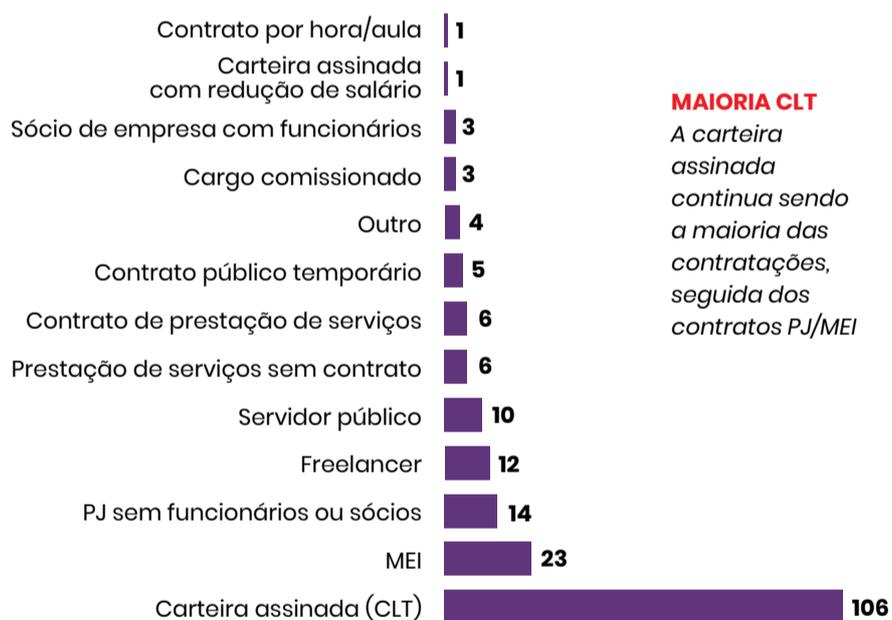
TEMPO DE TRABALHO

Maioria tem entre dois e dez anos de atuação no jornalismo



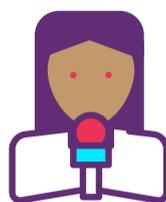
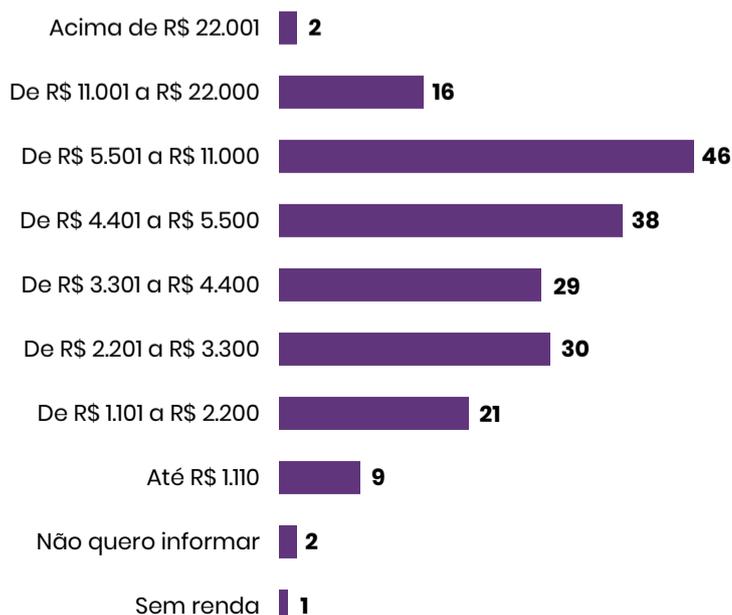
TIPO DE VÍNCULO

Mais da metade já passou por dois a cinco vínculos diferentes



RENDA

Maioria ganha entre quatro e dez salários-mínimos



ÁREA DE ATUAÇÃO

Quase 60% dos profissionais trabalham na mídia.



QUE MÍDIA?

A pesquisa compreendeu mídia como imprensa, veículos de comunicação, arranjos e startups.

FUNÇÃO

Apenas dois são diretores (1,7%) e cinco, chefes de redação (4,3%)

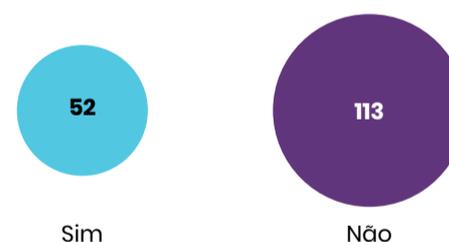


DISPARIDADE

Jornalistas negros chegam às grandes redações, mas não aos cargos de chefia

VINCULADO A SINDICATO

A filiação sindical não é uma realidade para a maioria



SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Quase 90% declararam não ser filiados a nenhum partido político

POR QUE NÃO?

Baixa sindicalização de profissionais negros é desafio para as entidades.



POLÍTICA

Mesmo não sendo sindicalizados, a maior parte declarou ser de esquerda (63,2%) e centro-esquerda (16,6%)

BOLETIM

Sindicato combate demissão de dirigente em Santos

O jornal *A Tribuna*, de Santos, demitiu o repórter Sandro Thadeu, diretor regional do SJSP. Sandro trabalhou no jornal pelos últimos 14 anos, e goza de garantia de emprego prevista em lei em função de ser dirigente sindical.

Este é um ataque ao direito à organização sindical dos trabalhadores e, como tal, deve ser encarado como um ataque à categoria.

O Sindicato luta para reverter a demissão. Imediatamente, entrou em contato com a empresa solicitando reunião, mas a empresa reafirmou sua decisão. Na mesma semana, entidade realizou ato na porta do Grupo Tribuna, com representantes do movimento sindical e outros jornalistas. Também apresentou denúncia aos vereadores, na Tribuna Cidadão da Câmara Municipal, recebendo o apoio de vários parlamentares.

O SJSP solicita que entidades e movimentos enviem moções pela readmissão do repórter, e organiza uma ação judicial contra o Grupo Tribuna, pela reversão da medida antissindical.

☞ <http://bit.ly/3GVxBqS>

☞ <http://bit.ly/3XLKqKD>

☞ <http://bit.ly/3AT6BVq>

Jornais e Revistas do Interior e Litoral

Cinco meses após a data-base, jornalistas em jornais e revistas do interior seguem sem reajuste e sem negociação. O Sindicato dos Jornalistas uniu-se ao Sindicato dos Empregados em Administração dos Jornais e Revistas e à Federação dos Trabalhadores Gráficos e redigiram um documento conjunto em apelo à imediata abertura das negociações salariais das respectivas categorias. A carta foi entregue na sede do *Jornal de Piracicaba*, empresa dirigida pelo presidente em exercício do Sindicato de Jornais e Revistas do Estado de São Paulo (Sindijori), Marcelo Bатуira.

☞ <http://bit.ly/3XcvHbf>

Campanha Salarial em Rádio e TV 2022-2023

A campanha salarial em rádio e TV já teve suas primeiras mesas de negociação. As empresas ofereceram reajuste de 4%, muito aquém do pleito da categoria, que é por reposição da inflação, mais 7% referente às perdas dos últimos anos. Os profissionais ainda reivindicam o retorno da PLR e a equiparação do piso do interior com o da capital, mas as empresas afirmam que não pretendem incluir novas cláusulas na Convenção Coletiva de Trabalho.

☞ <http://bit.ly/3GnEh0V>

RESENHA

Obra relevante fica por 116 anos no ostracismo

por João Marques

“**M**esquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume.”

Além de assinar como “Uma Maranhense”, é dessa forma que Maria Firmina dos Reis, autora homenageada da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) deste ano e primeira escritora a dar voz a um personagem negro na literatura brasileira, abre a apresentação do seu primeiro romance, *Úrsula* (Penguin & Companhia das Letras, 224 págs.). Lançado em 1859 e festejado com resenhas em diversos jornais do Maranhão, Maria Firmina poderia hoje ser cânone, lida no ensino médio, acompanhada de seu conterrâneo e contemporâneo, Gonçalves Dias, quando se estuda romantismo na literatura brasileira; mas a primeira mulher negra a publicar um romance em língua portuguesa ficou silenciada por quase todo o século 20. Só foi redescoberta em 1975, quando o bibliógrafo e colecionador Horácio de Almeida encontrou um exemplar, em meio a um lote de livros antigos, comprados no Rio de Janeiro, e *Úrsula* teve sua segunda edição. Vieram outras edições, mas só em 2004, reconhecida pela crítica, começa a ganhar estudos, artigos e trabalhos acadêmicos.

Com narrativa açucarada e enredo ul-

trarromântico, a obra faz críticas à escravidão e à sociedade escravista e patriarcal. Também destaca personagens africanos e afro-brasileiros escravizados, que refletem sobre o mundo, reconhecem as injustiças das relações escravistas e ainda contam suas próprias histórias. Considerado o primeiro romance abolicionista brasileiro, *Úrsula* pode ser entendido como resposta à escritora Harriet Beecher Stowe. Seu livro mais famoso, *A Cabana do Pai Tomás*, sucesso mundial, ganhou primeira versão em português em 1853 e começou a circular pelo estado do Maranhão. Maria Firmina certamente o leu e pode ter feito um contraponto à obra da abolicionista estadunidense, de conteúdo resignado.

Um acidente a cavalo aproxima o par romântico. Tancredo, com a perna machucada, é socorrido pelo escravo Túlio, que o leva para a casa onde morava Úrsula, a mãe dela, Luiza B., e a africana mãe Susana. Tancredo já vinha de história frustrada de amor, perdera a primeira amada para o próprio pai. Já Úrsula vivia numa casa humilde, seu tio, o comendador P., tomou todas as posses da família. Entre outras maldades, ele também tenta atrair o amor do casal, tornando-se rival de Tancredo e assediando a própria sobrinha, além de ter sido o mandante do assassinato do cunhado, pai de Úrsula.

Maria Firmina dos Reis nasceu em 1825 e morreu em 1917. Negra, de família modesta, carregava todos os marcadores da desclassificação social. Fundadora da literatura afro-brasileira, foi professora de primeiras letras, quando abriu uma sala mista que scandalizou a cidade. Além de *Úrsula*, escreveu o romance indianista *Gupeva* (1861), o conto abolicionista *A Escrava* (1887) e uma série de poemas publicados nos jornais do Maranhão. Também participou da antologia *Parnaso Maranhense* (1861) e reuniu seus poemas em *Cantos à Beira-Mar*. ■

DICAS DE FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

por Cineclubes Vladimir Herzog

Endangered

Heidi Ewing e Rachel Grady (EUA, 2022)

Depoimentos de Patricia Campos Mello, Sásheka Gutiérrez, Carl Juste e Oliver Laughland, jornalistas na linha de frente contra campanhas de desinformação e intimidação.

☞ HBO Max

Navalny

Daniel Roher (EUA, 2022)

Alexei Navalny, opositor do presidente Vladimir Putin, organiza apoiadores e faz denúncias do governo russo pelas redes sociais. Numa viagem de avião, é vítima de envenenamento e começa a investigação.

☞ HBO Max

Colchão de Pedra

Carlos Ratton (Brasil, 2022)

Jornalista investigativo se une ao cineasta Tony Valentte e, junto com alunos de jornalismo, produzem documentário sobre a situação da população em situação de rua, na cidade de Santos.

☞ <https://youtu.be/ILCPDY0gtco>

Rota 66 – A Polícia que Mata

Maria Camargo e Teodoro Poppovic (Brasil, 2022)

Baseada em livro homônimo de Caco Barcellos, série recria histórias reais apuradas pelo repórter nos anos 1980, com recursos do cinema e uma dose de ficção.

☞ GloboPlay

DICAS DE LEITURA**Nós Também Estivemos na Linha de Frente – As Histórias do Jornalismo na Pandemia**

Marcelo Freitas – Comunicação de Fato, 216 págs.

Entrevistas com editores, repórteres, assessores de imprensa, representantes da Fenaj, ABI, Abraji, ANJ, sindicatos de Minas, São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul.

Astros em Trânsito

Gabriel Priolli – Terra Redonda, 192 págs.

Jornalista, crítico e diretor de TV, Priolli organizou textos seus publicados na imprensa, ao longo de três décadas; reportagens, entrevistas, críticas e análises, classificadas em cinco unidades temáticas.

A Vida Futura

Sérgio Rodrigues – Companhia das Letras, 168 págs.

Em novo romance do colunista da *Folha de S. Paulo*, Machado e José de Alencar desembarcam no Rio de Janeiro de 2020 e descobrem que seus livros seriam reescritos para alcançar mais leitores.

Atirem Direto no meu Coração

Ilze Scamparini – HarperCollins, 304 págs.

Correspondente da Rede Globo estreia na ficção. Ao se alistar como voluntária na guerra do Kosovo, sérvia Yana Milinic entra para o grupo de milícia Raposa Vermelha.

Essa Palavra Eu Não Falo

Luiza de Carvalho Fariello – Patuá, 128 págs.

Livro de contos finalista dos prêmios Oceanos e Candango, aborda temas atuais da pauta feminista, como aborto, abandono paterno, maternidade e pressões da sociedade.



Série dirigida por Maria Camargo e Teodoro Poppovic recria histórias apuradas pelo repórter Caco Barcellos

Amigo Secreto

Maria Augusta Ramos (Brasil, 2022)

Documentário dos bastidores da cobertura da Lava Jato, com Leandro Demori, do *The Intercept Brasil*, Carla Jimenez, Regiane Oliveira e Marina Rossi, do *El País Brasil*.

☞ Nas plataformas digitais

MEMÓRIA



Plínio Mello
em foto de 1935,
ano em que seria
preso por sua
atuação política
de esquerda,
ficando dois
anos detido sem
acusação

A vida militante de Plínio Mello

Presidente do Sindicato de 1944 a 1947, iniciou sua atuação política na juventude e a manteve até uma idade avançada

por Paulo Zocchi

O sexto presidente do nosso Sindicato (1944-1947) era um gaúcho de Cruz Alta, com ativa militância política desde a juventude, e que a manteve até o final de sua vida. Estudante de direito, Plínio Gomes de Mello participou da Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, lutando ao lado dos maragatos, contra Borges de Medeiros (que dirigiu o estado por 25 anos). Com a derrota, muda-se para o Rio de Janeiro por um ano. Vem em seguida para São Paulo, onde retoma os estudos na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e inicia a atividade jornalística. Lança a revista *Mocidade*, de linha nacionalista, publicada por quatro números.

Em 1927, ingressa no Partido Comunista do Brasil (PCB). Desenvolve sua atividade em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Perseguido pela polícia, foge para o Uruguai em 1929, retornando a São Paulo em 1930. Nesse ano, vai à Argentina como representante do PCB em um congresso, mas, por suas posições críticas, é expulso do partido meses depois. Em 1931, adere à Liga Comunista Internacionalista (LCI), que expressa no Brasil as ideias do revolucionário soviético Leon Trotsky, opositor internacional à liderança de Josef Stálin na União Soviética (URSS).

Passa a atuar no Sindicato dos Gráficos, que, na época, agrupava também os jornalistas (o Sindicato dos Jornalistas só seria fundado em 1937). Atua no jornal *Trabalho* no período da Constituinte de 1934, e é novamente preso após o levante derrotado (conhecido como Intentona Comunista) no final de 1935, que levou a forte repressão contra a esquerda em todo o Brasil. Após dois anos detido sem acusação, é libertado, volta a trabalhar como jornalista e filia-se ao Sindicato (em 22 de setembro de 1938).

Em 1943, é eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, mas

só consegue tomar posse em outubro de 1944, por causa das dificuldades impostas pelo Ministério do Trabalho em função de suas posições políticas. Num momento de intensas mudanças no cenário nacional e mundial – período final da 2ª Guerra Mundial (agosto de 1945) e da ditadura do Estado Novo (queda de Getúlio Vargas em outubro de 1945), com a eleição de Eurico Gaspar Dutra (dezembro de 1945) –, Plínio Mello dirigiu o Sindicato até o início de 1947. Neste período, dedicou-se intensamente às atividades sindicais.

Representou o Sindicato dos Jornalistas no Congresso Nacional dos Trabalhadores, em setembro de 1946, sendo relator do tema Liberdade e Autonomia Sindicais. Num momento em que os sindicatos estavam subordinados ao Ministério do Trabalho por força da CLT varguista, seu relatório final destacava seis pontos: liberdade para a elaboração dos estatutos pelos sindicatos, controle financeiro das entidades pelos próprios sindicalizados, autonomia frente ao Estado, simplificação dos processos para criação das entidades sindicais, liberdade total para a sindicalização dos trabalhadores, e democracia interna no funcionamento dos sindicatos.

Havia ingressado, no início de 1945, na Esquerda Democrática, que deu origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Como suplente, chegou a assumir a cadeira de deputado federal na década de 50 pelo PSB, ao qual se manteve vinculado até a sua extinção pelo golpe de 1964. Em 1978, elabora, juntamente com o antigo camarada de militância Mário Pedrosa, uma carta endereçada ao líder metalúrgico Luiz Inácio da Silva, apoiando a ideia de criação de um partido de trabalhadores. Em 1980, torna-se um dos fundadores do PT. Morreu aos 93 anos, em 20 de setembro de 1993, tendo sempre se mantido ligado ao Sindicato. ■

CONHEÇA OS DOIS TIPOS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

PROPORCIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício (CLT ou estatutário)

1% DO SALÁRIO com TETOS de
R\$ 45 para o Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 70 para a Capital

FIXA

para jornalistas sem vínculo
R\$ 40 Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 Capital

SOLIDÁRIA

Quantia voluntária com valor suplementar

SINDICALIZE-SE: <https://sjsp.org.br/pagina/sindicalizacao-online>
MAIS INFORMAÇÕES: mensalidade@sjsp.org.br ou (11) 94539-8810



COLUNA DO JUCA

A mídia fascista rachou

por Juca Kfourri

PERCEBEU QUE A COISA FICARIA FEIA PARA ELA E JOGOU SUA CARGA MAIS PODRE AO MAR

Aconteceu o inevitável e o previsto: a imprensa de extrema-direita rachou com a vitória de Lula em outubro.

A Jovem Pan é porra-louca, mas não rasga dinheiro.

Percebeu que a coisa ficaria feia para ela e jogou sua carga mais podre ao mar, não apenas pelo mau cheiro, mas porque, também, composta por gente que mal informou seus ouvintes durante muito tempo e o tempo inteiro.

Segundo os postos para fora, Donald Trump ganharia a eleição de Joe Biden e Jair Bolsonaro derrotaria Lula, no primeiro turno.

A primeira informação era dita e repetida diretamente da Califórnia, como se a mentira vinda de lá também não tivesse pernas curtas. De tanto contar errado, a coitada foi cortada.

Já a mentira brasileira vinha de São Paulo mesmo, do Urubu de Taquaritinga, que, além do mais, jurava, entre um e outro esgar, que Lula não podia sair às ruas, que não juntava gente nem para fazer procissão em cidade do interior. Mais de 60 milhões de votos, de fato, é pouco.

A Jovem Pan, chamada pelo país afora de Jovem Klan, preferiu ficar com carga menos tóxica, de gente incapaz de causar grandes danos, porque não dá uma informação, apenas opiniões históricas, inconformadas com a derrota eleitoral mesmo depois de tantos golpes baixos dados pelo governo federal para tentar vencer o candidato imbatível desde 2002.

Sobrou à carga desprezada ir buscar abrigo em outro tipo de pistolagem, não por acaso na chamada revista far-Oeste.

Fará concorrência à Klan em busca do dinheiro de apoiadores como o véio da Havan etc.

Evidentemente existe público entre os fundamentalistas, e os que disputam tal tipo de consumidores tentam reproduzir no Brasil o que a Fox faz nos Estados Unidos.

Órfãos do astrólogo Olavo de Carvalho, seus seguidores, de Ana a Urubu, buscam em Steve Bannon a salvação, embora ele esteja mais perto da prisão que da reeleição de Trump, assim como, aparentemente, estão muitos, aqui no país, que foram exaustivamente apoiados pelos que se venderam aos ideais fascistoides na tradicional emissora paulistana — a qual jogou sua história de conservadorismo honesto no lixo.

Por falar nele, no lixo, cumpre dizer que a biografia dos dispensados foi também morar lá. For ever! ■

TRAÇO LIVRE | por Carol Ito



@CAROLITO.HQ

Carol Ito é jornalista, quadrinista e ilustradora. Foi vencedora da categoria Arte da 44ª edição do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos (2022), com a reportagem ilustrada *Três mulheres da Craco*, veiculada pela revista *piauí* em janeiro de 2022. O trabalho retrata a história de três frequentadoras da cracolândia, região vulnerável do centro de São Paulo conhecida por ser ponto de encontro de usuários de drogas. Veja a reportagem completa apontando o celular para o QR Code. A jornalista também nos enviou uma tirinha exclusiva sobre a premiação! Você confere tudo no site do SJSP. ■

